MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

8ª SRPRF/SC – Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina
ADI - Avaliação de Desempenho Individual
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH - Atendimento Pré-Hospitalar
CGO - Coordenação Geral de Operações
CGPLAM - Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH - Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH - Carteira Nacional de Habilitação
COEN - Coordenação Geral de Ensino
CR – Corregedoria Regional
CRET - Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR - Comando de Saúde Rodoviário
CTB - Código de Trânsito Brasileiro
DEL – Delegacia
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DG - Direção Geral
DISAS - Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN - Divisão de Trânsito
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOA – Divisão de Operações Aéreas
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária federal
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
GAB – Gabinete do Superintendente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN - Instrução Normativa
INFOSEG - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS - Instrução de Serviço
ISDN - Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações
LOA - Lei Orçamentária Anual
MJ - Ministério da Justiça
MPO - Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NMP – Núcleo de Multas e Penalidades
NOE – Núcleo de Operações Especiais
NUAD - Núcleo de Execução Administrativa
NUAP – Núcleo de Administração de Pessoal
NUAT – Núcleo de Apoio Técnico
NUCAP – Núcleo de Capacitação

NUCOM – Núcleo de Comunicação Social
NUDOC – Núcleo de Documentação
NUINT – Núcleo de Inteligência
NUOFI – Núcleo de Orçamentos e Finanças
NUPAT – Núcleo de Patrimônio e Material
NURAM – Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária
NUSEG – Núcleo de Serviços Gerais
NUTEL – Núcleo de Informática e Telecomunicações
OS - Ordem de Serviço
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PF - Pessoas Fiscalizadas
PI - Plano Interno
PNSP - Programa Nacional de Segurança Pública
Port. – Portaria
PPA - Plano Plurianual
PR - Procuradoria da República
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PROSSERV – Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável
RFB - Receita Federal do Brasil
RG – Relatório de Gestão
RP - Restos a Pagar
SAF – Seção Administrativa e Financeiras
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST - Serviço Social do Transporte
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER - Sistema de Informações Gerenciais
SINPRF/SC – Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU/RR - Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
SRH – Seção de Recursos Humanos
SRP - Sistema de Registro de Preços
TA - Testes de Alcoolemia
TCU - Tribunal de Contas da União
UCC - Unidade Centralizadora de Compras
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UOP - Unidade Operacional
VF - Veículos Fiscalizados

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

II - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

III - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

IV - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

VII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

VIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL....9

INTRODUÇÃO....10

CONTEÚDO GERAL....12

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL....12

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCIEIRA....13

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE....13

2.1.1. Competência Institucional....13

2.1.2. Objetivos estratégicos....14

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS....19

2.2.1. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida....19

2.2.2. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão....20

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ....25

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....25

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ....29

2.3.3. Análise crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ....31

1835 Implantação dos sistemas de tecnologia da informação....32

8623 Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal....32

8698 Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação....33

200c Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária....34

2524 Capacitação do policial rodoviário federal....35

2723 Policiamento ostensivo nas estradas e rodovias federais....39

2816 Servico de inteligencia da Policia Rodoviaria Federal....41

2b11 Monitoramento, controle e fiscalizacao eletronica da malha rodoviária....44

4290 Atividades de saude nas rodovias federais....45

4526 Operacoes especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais....46

4572 Capacitacao de servidores publicos federais em processo de qualificação e requalificação....53

8692 Educacao de transito para usuarios das rodovias federais....53

86a1 Processamento e arrecadacao de multas....54

8703 Atividade correicional....55

2c78 Acompanhamento psicossocial de servidores do DPRF....56

4641 Publicidade de utilidade pública....59

2720- Ações de carater sigiloso na área da segurança pública....64

2000 Ações de administração da unidade....64

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO....70

2.4.1. Programação orçamentária de despesa....70

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes....70

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital....70

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas....70

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa....70

2.4.2. Execução Orçamentária de Despesas....72

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ....72

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação....72

2.4..3. Indicadores Institucionais....74

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES....76

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES....76

5. RECURSOS HUMANOS....77

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS....77

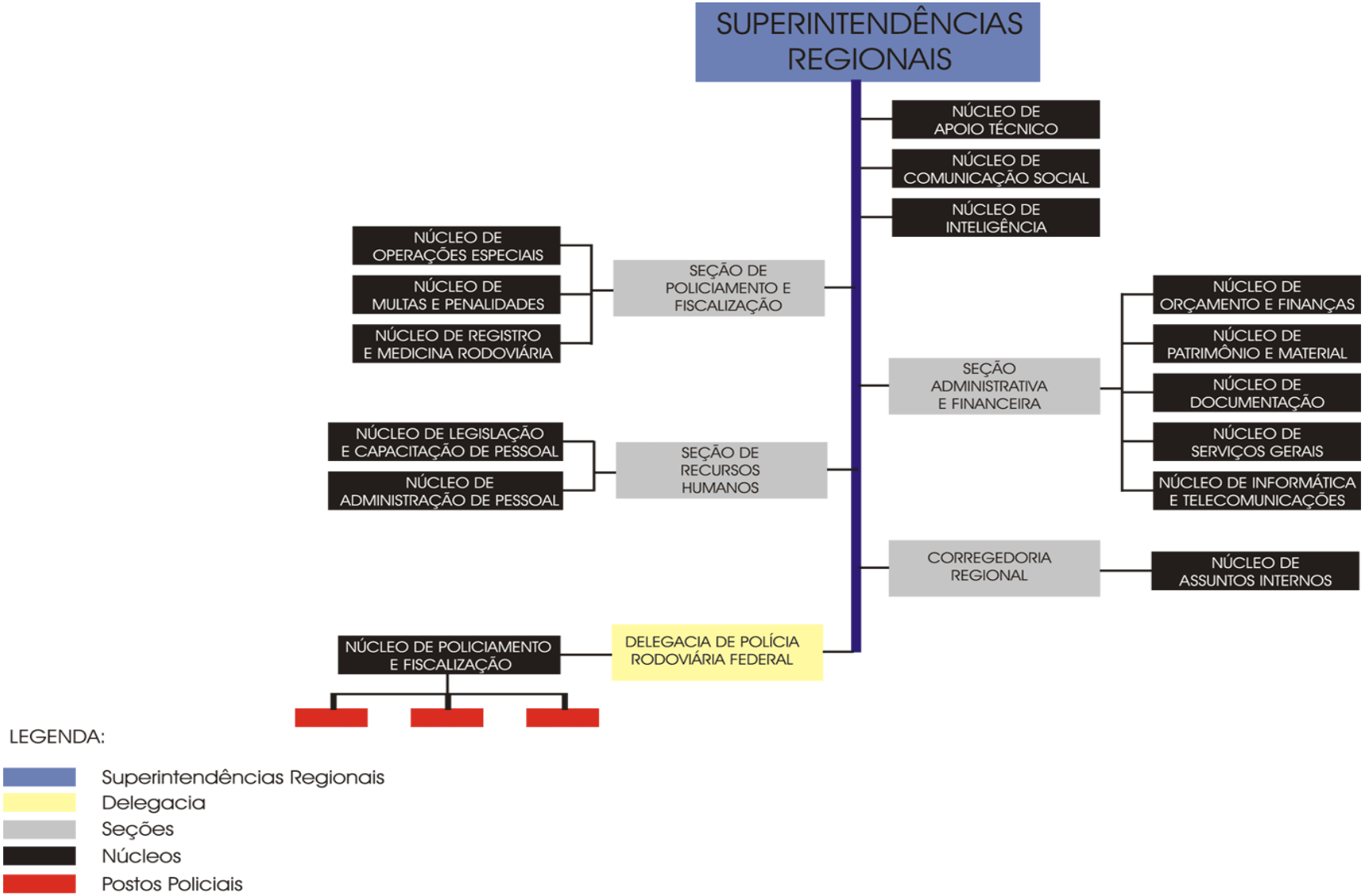
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada....77

5.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12....77

5.1.3 Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)....78
5.1.4 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011....79
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por NIVEL DE ESCOLARIDADE - Situação apurada em 31/12/2011....79
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....80
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada....80
5.3 Composição do Quadro de Estagiários....81
5.4 Quadro de custos de recursos humanos....81
Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011....81
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada....83
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade....83
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão....84
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos....85
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV....87
7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV....87
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS....88
8.1)Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 88
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO....91
9.1) Estrutura de controles internos da UJ....91
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL....94
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....94
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO....97
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial....97
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO....102
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI) 102
13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL....104
13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo....104
13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício....104
13.1.2)Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade....104
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO....104
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício....105
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício....105
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício....105
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício....105
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL....106

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....106
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....107
Análise crítica.....108
ANEXOS.....111
I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 111
II - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....111
III - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....111
IV - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010..112
V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....113
VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....114
VII - RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO.....115
VIII - ROL DE RESPONSÁVEIS.....116

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2011 objetiva a organização e sistematização do quadro das ações desenvolvidas pela 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011, com a finalidade de avaliar o desempenho desta regional; incentivar o aperfeiçoamento da gestão pública em seus mais variados aspectos; fornecer um parecer sobre os dados financeiros, patrimoniais e contábeis da 8ª SRPRF/SC; além de realizar um diagnóstico profundo em temas importantes, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle.

O presente Relatório de Gestão não se apresenta como um instrumento de exaltação pura e simples da gestão, relata os fatos relevantes da gestão no exercício, que estão corroborados por dados consistentes, servindo, sobretudo, à autorreflexão sobre como foi o desempenho da gestão no exercício.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas da administração da Superintendência.

Essa perspectiva de acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pela abordagem centralizada na Gestão de Programas e Ações.

È nobre missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011. Incluiu-se ainda, por tratar-se de peças complementares, o Relatório do órgão correicional e o Rol de Responsáveis da UJ.

Os itens 3, 6 e 14 da letra A e os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B e a letra C do ANEXO II da DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 108/2010 DE 24 DE NOVENBRO DE 2010, não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Da mesma forma a Programação Orçamentária e a Execução Orçamentária de Créditos

Originários, não se aplicam a esta Unidade Orçamentária, visto que são feitos pelo DPRF.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 8ª SRPRF/SC.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Todos os esforços, atividades e ações desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito desta Superintendência, sejam elas cotidianas ou extraordinárias, com emprego de recursos extraordinários ou não, estão exclusivamente direcionadas para o alcance dos resultados institucionais de preservar a vida humana, aumentar a conscientização do cidadão, aumentar a segurança nas rodovias e reduzir a criminalidade, buscar-se-á atuar prioritariamente na prevenção de acidentes e criminalidade, visando a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais, a fim de cumprir com as suas atribuições constitucionais.

CONTEÚDO GERAL

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão Vinculação: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		**Código SIORG**: 704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Denominação abreviada: 8ª SRPRF			
Código SIORG: 2833	**Código LOA:** NÃO SE APLICA	**Código SIAFI:** 200125	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO			
Principal Atividade: NÃO SE APLICA À UJ		**Código CNAE:** NÃO SE APLICA À UJ	
Telefones/Fax de contato:	(48) 3251 3200	(48) 3251 3288	(48) 3251 3289
Endereço eletrônico: saf.sc@dprf.gov.br e/ou gab.sc@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: 8ª SRPRF/SC - Rua Álvaro Mullen da Silveira, 104 – Centro - CEP 88.020-180 – Florianópolis – SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (Art. 144) Decreto n. 18.323, de 24 de julho de 1928 Decreto n. 1.655, de 03 de outubro de 1995 Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO SE APLICA À UJ			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**NÃO SE APLICA À UJ**		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**NÃO SE APLICA À UJ**		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**		
NÃO SE APLICA À UJ	**NÃO SE APLICA À UJ**		

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCIEIRA

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1. Competência Institucional

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 144, assegura a missão constitucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, estabelecendo como fator primordial, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, somando ainda as competências definidas pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 e pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007.

Nesta esteira, depreende-se da legislação vigente, o nobre rol de atribuições confiadas ao Departamento Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo precípuo de resguardar a segurança pública no âmbito da rodovias federais, dentre os quais ressalta-se:

- patrulhar ostensivamente as rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, objetivando a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;

- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, bem como os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

- assegurar a livre circulação nas rodovias federias podendo solicitar ao órgão rodoviário

a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

Desta forma, a operacionalização de suas atribuições em todo o território nacional, se viabiliza através da estruturação do Departamento, o qual contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 5 Distritos, responsáveis pelos objetivos e metas organizacionais nas áreas sob sua gerência administrativa e operacional.

2.1.2. Objetivos estratégicos

As rodovias federais são o elo de integração nacional, representando importante fator estratégico na aplicação de qualquer programa, plano ou estratégia de desenvolvimento nacional, social ou cultural, consolidando assim imprescindibilidade da Polícia Rodoviária Federal, representando em todo o país um contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vitimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhões de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população.

Nesse aspecto, verificamos que, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, consequentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso estado e assolando a população em patamares extremamente críticos.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento.

Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os

veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além deles, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Necessária também, se faz a presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país, onde o foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais necessitam ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de mate-

riais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina – 8ª SRPRF/SC, para a execução de sua atividade fim, é constituída em uma Sede Regional, oito Delegacias, vinte e quatro postos de fiscalização, um Núcleo de Operações Especias, um Corpo de Motociclistas, uma Central de Informações Operacionais, um Grupo de Operações com Cães e a Divisão de Operações Aéreas-Base Sul, possui 495 policiais na ativa, em atuação em todo o território estadual e eventualmente têm parte de seu efetivo deslocado para operações em partes do território nacional.

A Regional desenvolve trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A maior dificuldade por qual passa esta Regional encontra-se no reduzido efetivo, levando-se em consideração que a atividade fim da Instituição é iminentemente operacional, a área administrativa é penalizada em função da falta de pessoal para atendimento de grande parte das demandas laborais.

Na área operacional, observamos postos que trabalham com efetivo aquém do minimamente necessário, inviabilizando as atividades de rondas policiais e afetando inclusive a segurança dos próprios policiais.

Na área administrativa, há núcleos que funcionam com apenas dois servidores, quando haveria a necessidade mínima de quatro ou cinco servidores, para que hoje iniciassem atividades que estão acumulando-se há tempos, bem como fosse possível incrementar as atividades de planejamen-

to e controle, com vistas a melhoria das rotinas administrativas, que encontram-se em elevado grau de obsolescência, em função da escassez de recursos humanos.

A 8ª Superintendência/SC, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.304 de rodovias federais catarinenses, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Ao longo de 2011, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A necessidade de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias federais é a grande missão da Polícia Rodoviária Federal, para isso a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, delimitou como seus objetivos primordiais a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Com o foco voltado a estes objetivos lançou-se mão de todos os esforços, sendo que uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi intensificar o patrulhamento ostensivo, alocando o máximo de policiais na rodovia, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

2.2.1. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A ostensividade do policiamento, fator primordial nesta estratégia, foi buscada com a utilização do cartão programa, expediente que estabelece o itinerário das tarefas que o policial deverá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa constam os deslocamentos e os locais na rodovia onde a viatura deverá estar posicionada para realizar operações de fiscalização, prevê ainda, além de trechos que deverão sofrer ronda, os horários específicos em que estas deverão ser realizadas.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa e direciona o roteiro de fiscalização para intensificar o policiamento ostensivo nestes locais críticos.

A utilização de radares fotográficos para a fiscalização de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações

criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento do Orçamento Geral da União impediram maiores avanços nesse aspecto.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, e, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custo com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

2.2.2. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O mapa estratégico restou definido em três grandes ações a serem desenvolvidas no exercício: diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, reforço nas ações de combate à criminalidade e modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Estratégia de atuação para diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias:

A presença ostensiva do policial nas rodovias federais, sem dúvida alguma auxilia na diminuição do número de acidentes uma vez que o usuários ao avistar a figura do policial ou a viatura operacional reduzem a velocidade, na expectativa de não infringir alguma norma de trânsito.

Visando a permanência máxima possível de viaturas policiais nas rodovias, utilizou-se o expediente do cartão programa que é um itinerário dos pontos estratégicos em que o policial da escala deve estar posicionado ou em ronda com a viatura.

Principais dificuldades:

a) Falta de efetivo:

Não se pode ignorar a flagrante deficiência de efetivo que aflige a direção do DPRF, com a diminuição gradativa do material humano por diversos motivos, na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, consequentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Diversos postos de fiscalização nesta regional possuem apenas dois policiais de plantão, o que impossibilita o bom cumprimento das atividades normais e atendimento de ocorrências no decorrer do plantão. É política do DPRF que o policial não deve realizar qualquer trabalho sozinho, pois isso implicaria em risco a própria segurança, um mínimo de dois policiais é necessário para garantir a integridade física e a segurança da ocorrência.

Para tanto, o cumprimento do cartão programa deixa de ocorrer nos casos em que há necessidade da presença dos dois únicos policiais para atendimento de outra situação. Não ignoramos o fato de que por inúmeras vezes o policial desloca-se sozinho, pois quando duas ocorrências urgentes e emergenciais ocorrem simultaneamente, não resta outra alternativa.

Outro aspecto negativo para o cumprimento dessa estratégia seria a grande quilometragem que cada Posto da PRF é responsável em patrulhar. Alguns postos tem mais de 300 km de circunscrição, enquanto o ideal seria no máximo 100 km. Com essa quilometragem reduzida o deslocamento do policial para atendimento de algum chamado seria abreviado e assim o seu retorno também seria mais rápido permitindo assim a otimização do tempo de trabalho e a realização de mais rondas e fiscalização.

Atualmente, além das inúmeras competências dos policiais rodoviários na operacionalidade como: atendimento de acidente, auxílio a usuário, fiscalização, aplicação de multas de trânsito, apreensão de armas, drogas e demais materiais, detenção de pessoas; cabe a ele também todo o trabalho administrativo que a função requer como: digitação de multas, elaboração do boletim de acidente, a digitação do boletim de acidente no sistema, relatório diário das atividades do posto PRF e das viaturas, atendimento aos usuários, recebimento de recursos de multas, liberação de veículos retidos entre outros. Todos os serviços devem ser realizados em cada plantão conforme a demanda apresentada em cada dia de trabalho e em dois policiais o tempo é exíguo.

Outro fator importante é que diversos policiais exercem as atividades da área meio (administrativa) para suprir a deficiência de pessoal para tanto. O quadro de pessoal da área administrativa também encontra-se deficitário, necessitando de mais servidores para realizar as atividades. Esses policiais deixam de estar na pista (rodovia) exercendo as atividades as quais foram treinados, para exercerem atividades de caráter administrativo, garantidoras da continuidade dos trabalhos na área operacional.

b) Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

Essa Regional apresentava diversas viaturas inativas devido a necessidade de manutenção, sem no entanto contar com disponibilidade de recursos humanos para instruir os processos licitatórios necessários e demais atividades relacionadas..

A redução dos acidentes encontra-se prejudicada nesse programa quando a questão é acidentes em trechos urbanos. Observa-se que diversos acidentes são de atropelamentos ocorridos quando o pedestre de forma imprudente atravessa a rodovia sem atenção ou sem a utilização das passarelas. Não há a regulamentação quanto a conduta irregular do pedestre. Então, o cartão programa apresenta-se inoperante quando diz respeito aos acidentes com pedestres.

ESTRATÉGIA

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito. Com a aplicação da multa, o usuário verifica que a sua infração foi detectada e consequentemente punida. Isso faz com que os usuários reduzam a velocidade tendo a expectativa de encontrar radares ao longo da rodovia e terem a garantia da punibilidade caso infrinjam a lei.

Estratégia de atuação para o reforço nas ações de combate à criminalidade:

A capacidade do policial na resolução correta de problemas, lhe traz mais segurança e proporciona-lhe satisfação no desempenho de suas funções.

Baseado nisso a PRF tem trabalhado para permitir a constante capacitação de policiais nas ações de combate a criminalidade e demais áreas.

Esses treinamentos são realizados por instrutores do quadro, capacitados, que repassam o seu conhecimento aos policiais mais novos na atividade e requalificam os antigos.

Estratégia de atuação para a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas:

Objetivando a criação de ambientes de trabalho melhores em termos organizacionais e mesmo do aspecto físico buscou-se recursos junto ao DPRF para reformas de postos, delegacias e a Sede da 8ª SPRF/SC. Alguns postos distribuídos pelo estado encontram-se em situações lamentáveis de espaço físico, degradação pelo tempo e operacionalidade. Os policiais para poderem trabalhar em determinadas situações reúnem esforços para remediar a situação calamitosa afim de exercerem suas funções no mínimo de salubridade.

A Sede dessa Regional apresenta graves problemas estruturais, hidráulicos e elétricos já detectados por comissões de policiais engenheiros civis e eletricistas.

Embora as obras não estejam concluídas muito se avançou no período com relação a modernização da infra-estrutura do órgão, através da destinação orçamentária que proporcionou a satisfação de algumas das demandas mais urgentes.

Principais dificuldades:

a) Recursos orçamentários insuficientes para atender as várias necessidades de reformas:

Por diversas vezes foi pleiteado junto ao DPRF, recursos para atender as reformas e reparos nas Unidades dessa Regional. Por falta de recursos o repasse não pode ser efetuado na totalidade, hoje a demanda é elevada, mas deve ser considerado que as necessidades prementes já estão sendo atendidas.

ESTRATÉGIA

Esta Regional, bem como as demais Regionais, tem em sua frota de viaturas com quilometragens muito elevadas, muito tempo de uso, o que as tornam impróprias para o trabalho pois os custos para manutenção tornam-se elevados.

Considerando que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, a renovação da frota deveria ser realizada com a idade máxima de quatro anos para cada viatura, pois são veículos que percorrem inúmeros quilômetros diariamente, com diversidade de motoristas, cada um com perfil próprio de dirigibilidade, o que contribui para prejudicar ainda mais o estado de conservação do veículo.

Objetivando a renovação da frota constantes leilões de veículos oficiais vem sendo realiza-

dos para alienação de bens inservíveis. Esses veículos já não tinham mais condições de rodar por motivo de segurança e por motivos de economicidade, dessa forma cumprindo orientações da administração, tendo em vista o alto custo de manutenção.

Mais uma vez, a escassez de recursos é determinante no insucesso da efetivação dessa estratégia. Haja vista os recursos insuficientes e por muito tempo houve falta de investimentos nesta área na medida ideal do atendimento.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	**Denominação:** DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Tipo do Programa: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS	
Objetivo Geral: Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.	
Objetivos Específicos:	
Gerente: MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA	**Responsável:** SILVINEI VASQUES
Público Alvo: Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	1.712.093,31	1.157.704,61	554.388,70	1.012.148,86

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas	-	-	-	-	75,14

Fórmula de Cálculo do Índice
Observa-se o COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, como sendo igual a média resultante do total de postos adequados fisicamente, mais o total de postos adequados quanto à tecnologia da informação, mais o total de postos adequados quanto a viaturas: Icaif = (pafi + pati + pavi)/3
Análise do Resultado Alcançado
O indicador informa que 75,14% dos postos da 8ª SRPRF/SC estão adequados fisicamente, ou seja, ainda existem outras ações de reforma das bases operacionais que compõem a estrutura do órgão que necessitam ser executadas. Entretanto, ao analisar os índices apresentados no período de 2008, 2009 e 2010 qual sejam de 71,53, 82,64% e 77,33% respectivamente, dos postos adequados fisicamente, registra-se uma melhoria significativa no exercício de 2009, a qual não se repetiu por diversos fatores explicitados neste relatório

Fonte: NUPLA

QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	**Denominação:** SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.	
Objetivos Específicos:	
Gerente: MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA	**Responsável:** SILVINEI VASQUES
Público Alvo: Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	4.172.415,90	3.040.806,20	1.131.609,70	2.777.724,92

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Sensação de Segurança (%)	-	-	-	80,00%*	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa conduzida pelo órgão.
* Valores previstos na Instrução de Serviço nº 01/2012 e Potaria nº 04/2012, ambas do DPRF.
** Valores aferidos pela Seção de Policiamento e Fiscalização da 8ª SRPRF/SC (ROD e Denatran).

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram aferidos pelo DPRF por restrições orçamentárias e financeiras para aquisição dos meios e movimentação de pessoal.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)	31/12/11	-	-	8,9*	8,9**

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de mortes registradas na Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, expressa na seguinte fórmula:
Im = número de mortos por milhão de veículos da frota nacional
* Valores previstos na Instrução de Serviço nº 01/2012 e Potaria nº 04/2012, ambas do DPRF.
** Valores aferidos pela Seção de Policiamento e Fiscalização da 8ª SRPRF/SC (ROD e Denatran).

Análise do Resultado Alcançado

A metodologia buscada na redução da mortalidade, demonstrou sua eficiência, pois no exercício de 2011 a PRF atingiu o Indicador Taxa de Mortalidade em 8,9%, alcançando as metas estabelecidas

pelo DPRF, prevenindo acidentes e assim salvando vidas.						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
3	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)	**31/12/11**	**-**	**-**	**270,3***	**263,2****
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Número de acidentes registrados na Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, expressa na seguinte fórmula: Ia = número de acidentes por milhão de veículos da frota nacional * Valores previstos na Instrução de Serviço nº 01/2012 e Potaria nº 04/2012, ambas do DPRF. ** Valores aferidos pela Seção de Policiamento e Fiscalização da 8ª SRPRF/SC (ROD e Denatran).						
Análise do Resultado Alcançado						
As estratégias implementadas pela administração para a redução de acidentes, através da implementação de ações de fiscalização, educação e infraestrutura, a curto, médio e longo prazo surtiram o efeito esperado, alcançando os objetivos. Os resultados são animadores e demonstram ser o caminho correto a ser seguido, o qual reduziu efetivamente a taxa de acidentes.						

QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO PARA O APOIO ADMINISTRATIVO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750	**Denominação:** APOIO ADMINISTRATIVO					
Tipo do Programa: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Não existe		**Responsável:** Não existe				
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
-	0,00	4.038.337,31	3.495.749,97	542.587,34	3.358.495,92	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	**Inexistente**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fórmula de Cálculo do Índice						
NÃO HÁ						
Análise do Resultado Alcançado						
PREJUDICADO						

Fonte: SAF

Análise crítica

- **Contingenciamento no exercício:**

O Relatório de Gestão contempla os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, sendo que todas estas atividades estão diretamente relacionadas com o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerada a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos números descentralizados subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Ou seja, toda a política de contingenciamento de recursos adotada no exercício, pelo órgão executor orçamentário, o DPRF, incide diretamente nos resultados alcançados.

Desta forma, cabe dizer que os excelentes resultados alcançados pela UJ, tem relação direta com os números apresentados na descentralização de recursos orçamentários, os quais embora significativos, ainda não suprem as reais necessidades do órgão para colocar em prática toda a sua potencialidade.

Entretanto, para que as atividades desempenhadas por essa Regional acompanhem o nível de exigência gerado pelo aumento e diversificação das demandas sociais, fazem-se necessárias medidas de reestruturação dos quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, bem como majoração dos recursos investidos para possibilitar a execução destas atividades.

Todavia, na certeza de que somos desafiados a alcançar nossos objetivos e metas com os recursos que dispomos e não com aqueles que sonhamos obter, a administração desta unidade busca incessantemente o melhoramento contínuo de sua gestão.

- **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução dos Programas de Governo:**

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados.

Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito;
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

– **Outras questões relevantes:**

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambienteis (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc).

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista*	Meta realizada	Meta para em 2011
06	183	1386	1835	P	4	Sistema implantado	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	8623	A	4	Unidade reformada	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	8698	A	4	Sistema manutenido	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	200C	A	4	Veículo adquirido	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	25	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	128	0663	2524	A	4	Servidor capacitado	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	1053	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	2723	A	3	Procedimento realizado	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	183	0663	2816	A	4	Operação realizada	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	2B11	A	4	Equipamento mantido	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	4290	A	4	Pessoa atendida	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central	277	A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central

06	**181**	**0663**	**4526**	**A**	**4**	**Operação realizada**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**16**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
14	**128**	**0663**	**4572**	**A**	**4**	**Servidor capacitado**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**452**	**0663**	**8692**	**A**	**4**	**Pessoa capacitada**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**181**	**0663**	**86A1**	**A**	**4**	**Multa processada**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**182875**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**181**	**0663**	**8703**	**A**	**4**	**Processos concluídos**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**86**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**303**	**0663**	**2C78**	**A**	**4**	**Servidores beneficiados**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**1053**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**181**	**0663**	**4641**	**A**	**4**	**NÃO HÁ**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**183**	**0663**	**2720**	**A**	**4**	**Operação realizada**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**	**A meta realizada é calculada e centralizada pelo órgão central**	**A meta prevista atualmente é apenas para o órgão central**
06	**122**	**0750**	**2000**	**A**	**4**	**NÃO HÁ**	**Indefinido**	**Indefinido**	**Indefinido**

Fonte:
* As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, onde buscou-se parametrizar os resultados alcançados pelos números apresentados no exercício anterior.

2.3.3. Análise crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ

Em seu conteúdo, este item exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

1835 Implantação dos sistemas de tecnologia da informação

As principais ações nesta ação dizem respeito ao provimento do órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim.

Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Destaca-se, ainda em 2011, a implantação, através de contrato, de rede de dados via rádio na unidade do Posto de Lages (integrante da 5ª Delegacia), única unidade da regional que não possuía conexão de dados, o que possibilitou visível progresso na realização das atividades policiais realizadas no local, que estavam até então prejudicadas.

Foi elaborado Termo de Referência para a contratação de uma rede coorporativa MPLS, com Acordo de Níveis de Serviço e implementação de QoS, visando melhoria na rede coorporativa, que estava implementada sobre a tecnologia já obsoleta de Frame Relay.

Também verificou-se a aquisição de diversos equipamentos de informática, dentre os quais: mouses, teclados, hacks para servidor, monitores, computadores, telefone IP, acessório para rádio HT, possibilitando futura renovação de 100% dos microcomputadores e suprimento de aproximadamente 80% das necessidades relativas à equipamentos de telefonia VOIP.

8623 Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

No exercício 2011 houve continuidade na Meta do DPRF relativa a adequação das unidades operacionais de fiscalização,

Ações que apresentaram problemas de execução:

A falta de disponibilidade orçamentária e financeira para desenvolver a demanda existente, já apresenta-se como problema crônico, de forma que não ocorreu contratação das demandas de serviços de engenharia.

Cabe salientar que os servidores envolvidos nesta ação não foram concursados para este fim, trata-se de contingente de policiais que tendo a formação técnica, sobrecarregam-se de atribuições para atendimento da demanda, haja vista que o Governo Federal não vislumbrou a necessidade de dotar em especial, este órgão da Administração, com servidores contratados para este fim.

8698 Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Cumprimento das metas físicas:

As principais ações nesta ação dizem respeito ao provimento do órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim e com manutenção preventiva para evitar falhas, bem como corretiva para falhas ocorridas.

O objetivo é proporcionar ao público acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Destaca-se, ainda em 2011, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, notebooks, nobreaks, computadores, servidores de rede, entre outros, renovando 30% de todo o parque computacional de todo o estado, priorizando exclusivamente as delegacias e os postos operacionais, de forma a priorizar a atividade fim.

Embora grande parte das atividades executadas nessa ação não possam ser reduzidas a dados relatáveis, registrou-se um total de 1928 atendimentos de suportes técnicos registrados via sistema próprio, para o atendimento a todo parque computacional do estado.

Destaca-se ainda a contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel pessoal, a contratação de serviço de outsourcing de impressão e o suporte técnico via telefone para a Sede administrativa e todas as unidades operacionais do Estado de Santa Catarina.

Foram realizadas melhorias no sistema de comunicação de rádio através de 172 Ordens de Serviço realizadas à empresa contratada para prestação do referido serviço.

Outro aspecto importante registra a instalação e configuração de 20 novos computadores (5ª e 6ª Delegacias) com monitor, teclado e mouse, doados pela empresa concessionária local; possibilitando a renovação e atualização de equipamentos que encontravam-se obsoletos.

200c Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Cumprimento das metas físicas:

Os veículos caracterizados, destinados ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, sendo que, devido ao uso intenso e ininterrupto, depreciam-se em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novos veículos, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

O exercício de 2011 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do Órgão, de sorte que foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

Tabela 1 – Veículos adquiridos no período

VEÍCULOS ADQUIRIDOS NO PERIODO	
VEÍCULO	QUANTIDADE
NISSAN/Tida	02
NISSAN/Frontier	05
NISSAN/Sentra	01

FORD/Fiesta	02
GM/Blazer	06
TOTAL	**16**

No que tange à ostensividade desta ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação do órgão, que conta com a instituição, não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

2524 Capacitação do policial rodoviário federal

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As principais ações dizem respeito a formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando, capacitando e qualificando os candidatos as atividades inerentes ao cargo.

Visa também capacitar e qualificar os quadros existentes na Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

O programa de atualização para o efetivo policial do quadro da 8ª SRPRF/SC, tem como objetivo padronizar e atualizar os policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades.

O Programa foi dividido em módulos de forma a ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias.

Nesta forma de capacitação utilizamos instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os ins-

trutores.

Foram ministradas 1.053 capacitações de servidores, entre os quais convidados de outras instituições e de outras regionais da PRF, conforme planilha abaixo:

8ª SRPRFSC - Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal								
CURSO	**Carga Horária**	**Início**	**Término**	**PARTICIPANTES**				**Local**
				PRF	**ADM**	**OUT**	**TOTAL**	
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	6 h/a	18/01/11	19/01/11	22	0	0	22	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	6 h/a	18/01/11	19/01/11	22	0	0	22	São José/SC
TREINAMENTO PRESENCIAL DO NOVO SISTEMA SICAF	16 h/a	19/01/11	21/01/11	1	0	0	1	Curitiba/PR
HABILITAÇÃO NO USO E EMPREGO DA SUB-METRALHADORA HK MP-5 EM CALIBRE 9MM.	10 h/a	24/01/11	24/01/11	13	0	0	13	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	6 h/a	02/02/11	03/02/11	19	0	2	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	6 h/a	02/02/11	03/02/11	19	0	2	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	6 h/a	08/02/11	09/02/11	18	0	3	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	6 h/a	08/02/11	09/02/11	18	0	3	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	28/02/11	28/02/11	15	0	3	18	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	11/04/11	11/04/11	19	0	2	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	12/04/11	12/04/11	19	0	2	21	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	13/04/11	13/04/11	13	0	2	15	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	14/04/11	14/04/11	13	0	2	15	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	29/04/11	29/04/11	15	0	3	18	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	10/05/11	10/05/11	17	0	1	18	Joinville/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE	8 h/a	11/05/11	11/05/11	17	0	1	18	Joinville/SC

ENERGIA (DCE) – PAP VI								
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	12/05/11	12/05/11	20	0	1	21	Joinville/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	13/05/11	13/05/11	20	0	1	21	Joinville/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	24/05/11	24/05/11	16	0	2	18	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	25/05/11	25/05/11	16	0	2	18	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	26/05/11	26/05/11	22	0	1	23	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	27/05/11	27/05/11	22	0	1	23	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	16/06/11	16/06/11	18	0	6	24	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	17/06/11	17/06/11	18	0	6	24	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	28/06/11	28/06/11	21	0	6	27	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	29/06/11	29/06/11	21	0	6	27	São José/SC
CURSO DE RESGATE VEICULAR INTERMÉDIO INTERNACIONAL (DESENCARCERADOR)	20 h/a	14/07/11	15/07/11	7	0	22	29	São José/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	09/08/11	09/08/11	25	0	0	25	Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	10/08/11	10/08/11	25	0	0	25	Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	11/08/11	11/08/11	28	0	0	28	Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	12/08/11	12/08/11	28	0	0	28	Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	23/08/11	23/08/11	24	0	2	26	Rio do Sul/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	24/08/11	24/08/11	24	0	2	26	Rio do Sul/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	25/08/11	25/08/11	20	0	0	20	Rio do Sul/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	26/08/11	26/08/11	20	0	0	20	Rio do Sul/SC

HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	04/10/11	04/10/11	16	0	0	16	Mafra/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	05/10/11	05/10/11	16	0	0	16	Mafra/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	06/10/11	06/10/11	15	0	0	15	Mafra/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	07/10/11	07/10/11	15	0	0	15	Mafra/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	18/10/11	18/10/11	16	0	0	16	Joaçaba/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	19/10/11	19/10/11	16	0	0	16	Joaçaba/SC
CURSO DE TIRO E TÉCNICAS DE ABORDAGEM	28h/a	19/10/11	21/10/11	13	0	0	13	Chapecó/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	20/10/11	20/10/11	13	0	0	13	Joaçaba/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	21/10/11	21/10/11	13	0	0	13	Joaçaba/SC
CURSO DE TIRO E TÉCNICAS DE ABORDAGEM	14h/a	25/10/11	26/10/11	11	0	0	11	Joaçaba/SC
CURSO DE TIRO E TÉCNICAS DE ABORDAGEM	14h/a	27/10/11	28/10/11	11	0	0	11	Joaçaba/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	08/11/11	08/11/11	9	0	0	9	Chapecó/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	09/11/11	09/11/11	9	0	0	9	Chapecó/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	10/11/11	10/11/11	7	0	0	7	Chapecó/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	11/11/11	11/11/11	7	0	0	7	Chapecó/SC
CURSO DE TIRO E TÉCNICAS DE ABORDAGEM	14h/a	16/11/11	17/11/11	22	0	0	11	Lages/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	22/11/11	22/11/11	22	0	0	22	Joinville/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	23/11/11	23/11/11	22	0	0	22	Joinville/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	29/11/11	29/11/11		0	0		Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	30/11/11	30/11/11		0	0		Tubarão/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	06/12/11	06/12/11	15	0	0	15	Lages/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	07/12/11	07/12/11	15	0	0	15	Lages/SC

HABILITAÇÃO PARA USO DO DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA (DCE) – PAP VI	8 h/a	08/12/11	08/12/11	15	0	0	15	Lages/SC
HABILITAÇÃO PARA USO DE ESPARGIDOR DE PIMENTA - PAP V	4 h/a	09/12/11	09/12/11	15	0	0	15	Lages/SC
TREINAMENTO DE DEFESA PESSOAL PARA OS AGENTES DO NOE/SC	20 h/a	15/02/11 17/02/11	21/02/11	12	0	0	12	São José/SC
			Totais	**980**	**0**	**84**	**1053**	**Total**

Ações que apresentaram problemas de execução:

Observaram-se como maiores óbices nesta ação, a falta de material humano para implementar os projetos a serem iniciados e os que já estão em andamento.

2723 Policiamento ostensivo nas estradas e rodovias federais

Cumprimento das metas físicas:

A preocupação com a efetividade das ações da PRF encontra eco nas múltiplas missões que desempenha, bem como na importância dessas tarefas, principalmente, com já dito, no patrulhamento ostensivo das rodovias federais com execução de operações relacionadas à segurança pública.

Por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.304 km de rodovias federais catarinenses, foram desenvolvidas ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Ao longo de 2008, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade.

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

ACIDENTES			
Sem Vítimas	**Com Feridos**	**Com mortos**	**Total de Acidentes**
11600	6443	527	**18570**
Pessoas Socorridas	**Feridos**	**Mortos**	**Total de Vítimas**
370	9738	633	**10371**
FISCALIZAÇÕES			
Autuações	**Autos de Infração extraídos**		**CNH's Recolhidas**
96501	96503		2516
Documentos Retidos	**Veículos Retidos**		**Veículos Fiscalizados**
8494	9851		243745
Animais Recolhidos	**Auxílio Usuário**		**Escolta/ Batedor**
0	2121		530
Pessoas Fiscalizadas			
27588			
ALCOOLEMIA			
Testes	**Autuações**	**Prisões**	
3604	**194**	**60**	

No cumprimento da metas institucionais traçadas para o período de 2011, houve uma real intensificação da fiscalização por parte da 8ª SRPRF/SC, demonstrado pelo aumento significativo na aplicação de multas.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF e de haver alcançado as metas previstas na redução de acidentes de trânsito, com a intensificação do policiamento ostensivo através do patrulhamento das rodovias, o planejamento dé intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Além dos procedimentos normais relativos ao policiamento ostensivo nas rodovias federais, a regional realizou a intensificação do policiamento, editando 37 Ordens de Serviço, as quais estabelecem as atividades, materiais e pessoal destinados especificamente a dar cumprimento à missões específicas, sem qualquer prejuízo as atividades e ações desenvolvidas normalmente, a saber:

RELAÇÃO DAS ORDENS DE SERVIÇO 2011 DA SPF		
Ordem de Serviço	**Operação**	**Data**
001	Op Fenix	18. Jan. 2011
002	Op Apoio enchentes	22. Jan. 2011
003	Op Lontras	13. Jan. 2011

004	Op Carnaval	4. Mar. 2011
005	Op Firewall	21. Fev. 2011
006	Op Rota Segura	3. Mar. 2011
007	Op Semana Santa	20. Abr. 2011
008	Op Latus	01/04/11
009	Op Saude na estrada	17. Mai. 2011
010	Op 24º Tour de SC	18. Mai. 2011
011	Op Fronteira Sul	30. Mai. 2011
012	Op Lendo e relendo	14. Mai. 2011
013	Op Perola Negra	10. Jul. 2011
014	Op Rota Segura	15. Mai. 2011
015	Op sentinela regional	27. Mai. 2011
016	Op festa do pinhão	16. Jun. 2011
017	Op Corpus Christi	22. Jun. 2011
018	Op Guarda Fest	8. Jul. 2011
019	Op Lontras	10. Jun. 2011
020	Op Perola Negra	22. Ago. 2011
021	Op PHD 2011	19. Ago. 2011
022	Op enchentes Rio do Sul	9. Set. 2011
023	Op Festas de Outubro	7. Out. 2011
024	Op Festas de Outubro	7. Out. 2011
025	Op Santa Rosa Truck Show	5. Nov. 2011
026	Op Procl. Republica	11. Nov. 2011
027	Op Sentinela	12. Set. 2011
028	Op Sentinela	12. Out. 2011
029	Op Sentinela	7. Out. 2011
030	Op Sentinela	13. Nov. 2011
031	Op. SysPD	1. Dez. 2011
032	Op OTEVEIC	11. Dez. 2011
033	Op Sentinela	8. Dez. 2011
034	Op SILVER	14. Dez. 2011
035	Op Comando de Radar	12. Dez. 2011
036	Op Fim de Ano, Morfeu	16. Dez. 2011
037	Op OTTCO	20. Dez. 2011

O objetivo destas operações é especificamente a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Toda a operação consiste na intensificação do policiamento já executado, com o patrulhamento ostensivo que consiste na vigilância exercida na área de circunscrição, por meio de Postos fixos, rondas com viaturas (duas ou quatro rodas) e aeronaves.

É nessa atividade (patrulhamento) que a PRF , além de auxiliar o usuário da estrada, atender e socorrer eventuais vítimas de acidentes de trânsito, combater os diversos ilícitos, exerce o Poder de Polícia, o qual é empregado no sentido de fazer cumprir as normas de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

2816 Servico de inteligencia da Policia Rodoviaria Federal

Cumprimento das metas físicas:

O principal objetivo da ação visa, atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência do órgão, tendo como objetivo principal das atividades de inteligência a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUINT promoveu e manteve o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal e Estadual, executando diversas operações e desenvolvendo projetos vários, conforme descrição abaixo:

1- Atendimento de vários pedidos de busca-PBs emitidos pela Coordenação de Inteligência-COINT que demandaram na reunião e análise dos dados para a produção e envio dos conhecimentos através de relatórios de informação-RELINFOs e relatórios de inteligência-RELINTs à COINT;

2- Apoio com deslocamento dos servidores em diversos trabalhos coordenados pela CO-

INT:

2.1- Dois servidores para atividades de inteligência durante a operação Fronteiras na região de fronteira durante aproximadamente 120 dias;

2.2- Um servidor para desenvolvimento do sistema de apoio à área de Inteligência do DPRF-ARGUS em Brasília-DF, durante aproximadamente 45 dias;

2.3- Um servidor participou do encontro dos chefes de Núcleos de Inteligência do DPRF, juntamente com os Superintendentes e chefes das Seções de Policiamento e Fiscalização, realizado em Pirenópolis-GO com duração de 4 dias;

2.4- Três servidores trabalharam na atividade de inteligência durante operação executada pelo Núcleo de Inteligência do RS em Porto Alegre-RS durante aproximadamente 60 dias;

2.5- Todos os servidores do núcleo desenvolveram atividades de inteligência durante a operação ISIS, que visava o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes-ESCA;

2.6- Todos os servidores do núcleo realizaram o trabalho de segurança da diretora-geral por ocasião das duas visitas ao Estado de SC;

2.7- Investigação social de todos os candidatos a PRF, residentes em Santa Catarina, convocados para o curso de formação profissional em Brasília-DF;

3- Implantação da segurança orgânica da sede da regional, compreendendo: instalação de barreiras físicas, controle de acessos, video monitoramento. Este item foi prejudicado e não concluído em sua totalidade devido a rescisão contratual com a empresa executante, por esta não cumprir com as especificações do objeto do edital;

4 - Investigação social de todos os colaboradores da 8ª SRPRF/SC (incluindo Sede, Delegacias, resgatistas voluntários e estagiários);

5- Coordenação e execução no Estado de Santa Catarina das operações nacionais HYPNOS II e MORFEU, idealizada e planejada pela Coordenação de Inteligência-COINT, visando coibir a venda de medicamentos e anfetaminas “rebites” às margens das rodovias federais;

6- Apoio ao Núcleo de Operações Especiais-NOE, em diversas operações de combate ao contrabando, assaltos em rodovias e narcotráfico;

7- Os servidores do núcleo realizaram trabalhos de inteligência durante as diversas manifestações populares com interrupção do trânsito nas rodovias;

8- Participação de todo o efetivo do núcleo nos levantamentos que culminaram na prisão dos assassinos do PRF Valgas;

9- Operação em conjunto com a inteligência da Polícia Militar que culminou na prisão de traficantes que vendiam cocaína para caminhoneiros nas margens das rodovias BR-101 e BR-282;

10- Operação de inteligência que resultou na prisão de um caminhoneiro que desviou e vendeu carga de cerveja no sul do Estado, simulando que havia sido roubado;

11- Apoio logistico para a Secretaria dos Direitos Humanos/Presidência da República, durante visita do coordenador da ouvidoria daquela secretaria no Estado de SC;

12- Dois servidores foram instrutores no curso de formação dos novos policiais rodoviários federais em Brasília-DF, durante os dois meses de duração do curso;

13- Realizados trabalhos de inteligência necessários ao cumprimento pela PRF de mandado de imissão na posse de um imóvel no município de Rio dos Cedros, expedido pela Justiça do Trabalho de Timbó-SC;

14- Assessoria ao chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização para o planejamento da operação verão 2011/2012;

15- Realizados trabalhos de inteligência para combater os assaltos a ônibus na região oeste e norte de Santa Catarina.

16- Participação em operação da Polícia Civil de São Miguel do Oeste-SC, que culminou na prisão de pessoas que participavam de um esquema de golpe de seguro, em que veículos registrados como roubados no Rio de Janeiro, eram transportados sobre caminhões para a região oeste de Santa Catarina, onde eram adulterados ou desmanchados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

1- O baixo efetivo de servidores, todos concentrados na sede, para atender toda a regional;

2- As precárias e reduzidas instalações físicas do núcleo;

3- Excesso de burocrácia nos procedimentos referentes às viagens a serviço;

4- Centralização dos recursos para diárias na Coordenação de Inteligência-COINT/DPRF, não estando disponível para o núcleo gerenciar conforme suas demandas.

2b11 Monitoramento, controle e fiscalizacao eletronica da malha rodoviária

Cumprimento das metas físicas:

Após vários anos da implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro, que regulamentou e difundiu o uso de sistemas eletrônicos para a fiscalização de veículos, a tecnologia aplicada no monitoramento e na gestão do trânsito obteve grandes avanços no país.

A necessidade da expansão dessa ação está ligada com a sua contribuição para a redução do número de acidentes e vítimas fatais. A fiscalização eletrônica auxilia na conscientização do motorista, que ao ser penalizado pela infração, irá naturalmente ajustar seu comportamento, pois, não deseja ser advertido em uma próxima ocasião.

Além da redução do número de acidentes e suporte nos sistemas de gestão de tráfego, a tecnologia empregada no trânsito também avança em outras áreas.

Tendo como base os pontos de maior índice de acidentes, através da instalação e utilização de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97, a fiscalização envolvendo os equipamentos e instrumentos eletrônicos nas rodovias federais, apresentou índices de 33 %, relativos ao total de autuações aplicadas no período, conforme se demonstra no quadro abaixo, fato que corrobora a eficácia destes equipamentos e sua importância crescente na área operacional.

Para 2012, um dos desafios do segmento é atender ao contínuo aumento populacional e de frota de veículos por meio de aperfeiçoamento tecnológico capaz de proporcionar constantes melhorias na gestão de tráfego e contribuir com o aumento efetivo da fiscalização, ou seja, redução de inadimplências e irregularidades além de ganhos na segurança e mobilidade no trânsito.

4290 Atividades de saude nas rodovias federais

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

O atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial às vítimas de acidentes são as principais metas desta ação, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Dentro das atividades de saúde nas rodovias federais sob fiscalização da 8ª SRPRF/SC, temos como principal gestão da Ação a realização dos Comandos Médicos de saúde preventiva realizadas ao longo das rodovias federais, cujo público alvo são os motoristas de caminhões, carretas, bitrens, etc.

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição para as Regionais.

Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré - hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde, registrados conforme detalhamento abaixo:

1. No dia 11/05/2011, na circunscrição da 4ª Delegacia, no posto de Rio do Sul, com o auxílio de funcionários do SEST/SENAT, estudantes de enfermagem SENAI, servidores Militares do Exército servidores da PRF, foram examinados 91 motoristas.

2. No dia 30/06/2011, no município de Joaçaba, BR 470 e circunscrição da 7ª Delegacia, contando com a parceria do SEST/SENAT, voluntários da Resgate da PRF e 03 servidores da PRF, que examinaram 109 motoristas.

3 No dia 01/12/2011, foi realizado no município de Itajai, BR 101 e circunscrição da 1ª Delegacia, com a participação de funcionários do SEST/SENAT, foram examinados 77 motoristas.

Ações que apresentaram problemas de execução:

As principais dificuldades encontradas concentram-se na falta de recursos orçamentários e falta de servidores capacitados.

4526 Operacoes especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento

de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

As operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais, visam primordialmente fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral, com a realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim.

Objetiva resultados ainda, na realização de operações policiais e especiais sistemáticas, executando ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais.

Essas operações são realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros, bem como a prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Apreensões registradas

APREENSÕES					
Drogas	**Unidade**	**Quantidade**	**Contrabando**	**Unidade**	**Quantidade**
Anfetamina / Barbitúricos	Unidade	4308	Bebida	Litro	4811
Haxixe	Unidade	0	CD/VHS/DVD	Unidade	18833
Cocaína	Grama	38119	Cigarro	Pacote	104231
Crack	Grama	65743	Combustiveis	Litro	0
Lança-Perfume	Frasco	158	Equip.Informática	Unidade	1109
Merla	Grama	0	Eletrônicos	Unidade	2901
Maconha	Grama	238405	Medicamentos	Unidade	11142
Pés de Maconha	Unidade	0	Pneus	Unidade	0
Outras	Unidade	10412	Outras	Unidade	82529
Diversas	Grama	0	Diversos	Grama	266773
Total de ocorrências		**125**	**Total de ocorrências**		**137**

Outras apreensões

Armas	Unidade	Quantidade	Munições	Unidade	Quantidade
Revolver	Unidade	26	Calibre 22/32	Unidade	104
Pistola	Unidade	12	Calibre 38	Unidade	163
Espingarda	Unidade	8	Calibre 40	Unidade	0
Fabricação caseira	Unidade	0	Calibre 380	Unidade	84
Fuzil	Unidade	0	Calibre 762/308	Unidade	0
Submetralhadora	Unidade	0	Calibre 223/556	Unidade	0
Total amas de fogo	Unidade	46	Calibre 9mm	Unidade	84
Armas brancas	Unidade	3	Outras	Unidade	94
Outras armas	Unidade	2			
Total geral de armas		**51**	**Total de munições apreendidas**		**529**
Total de ocorrências		**39**	**Total de ocorrências**		**33**

Outras ocorrências

OUTRAS OCORRÊNCIAS					
Carga Roubada	**Unidade**	**Quantidade**	**Carga Recuperada**	**Unidade**	**Quantidade**
Alimentos	Kilo	0	Alimentos	Kilo	0
Bebidas	Litro	0	Bebidas	Litro	0
CD/VHS/DVD	Caixa	0	CD/VHS/DVD	Unidade	0
Cigarro	Pacote	0	Cigarro	Pacote	0
Combustiveis	Litro	0	Combustíveis	Litro	0
Eletrônicos	Unidade	0	Eletrônicos	Unidade	1
Informática	Unidade	0	Informática	Unidade	1
Medicamentos	Unidade	0	Medicamentos	Unidade	0
Outras	Unidade	0	Outras	Unidade	121
Total de ocorrências		**0**	**Total de ocorrências**		**2**

Outras ocorrências

Meio-Ambiente	Unidade	Quantidade
Animais Silvestres	Unidade	47
Carvão	m3	0
Madeira	m3	1314
Pescados	kilo	0
Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas	-----	5
Outros	Unidade	251
Total de ocorrências		**13**
Dinheiro	**Unidade**	**Quantidade**
Dinheiro (Real)	Valor	50,00
Dinheiro (Euro)	Valor	0,00
Dinheiro (Dolar)	Valor	0,00
Dinheiro (Peso Colombiano)	Valor	0,00
Explosivo	**Unidade**	**Quantidade**
Fogos de Artifício	Unidade	0
Dinamite	Kg	0

Pessoas detidas

PESSOAS DETIDAS	
Detenções	**Quantidade**
Assaltante de Carga	0
Assaltante ônibus	5
Estrangeiros	2
Mandado	91
Tráfico de entorpecentes	146
Roubo/Furto de veículos	62
Contrabando/Descaminho	59
Crimes de trânsito	551
Crimes ambientais	18
Outros	216
Total de Detidos	**1150**

Crianças e adolescentes

CRIANÇAS / ADOLESCENTES			
Criança / Adolescente vítimas de crimes		**Criança / Adolescente infrator(a)**	
Descrição	**Quantidade**	**Descrição**	**Quantidade**
Criança	2	Criança encaminhada	2
Adolescente	7	Adolescente apreendido	48
Total de menores vítimas	**9**	**Total de menores infratores**	**50**
Total de ocorrências de crime contra menores	**4**	**Total de ocorrências de infração praticada por menores**	**33**
Total de pessoas envolvidas	**8**	**Total de pessoas envolvidas**	**57**
Total de pessoas detidas	**4**	**Total de pessoas detidas**	**45**

Crimes diversos

CRIMES DIVERSOS			
Tipo	**Quantidade**	**Tipo**	**Quantidade**
Assalto a ônibus	43	Falsificação de Documento	21
Assalto a veículo de carga	0	Saque a carga	1
Assalto a táxi	0	Trabalhador Libertado	0
Assalto veículo particular	3	Veículos recuperados	124
Crimes c/vida e patrimônio	14	Crimes diversos	287
		Crimes de Trânsito	4975
		Total de ocorrências	**5298**

O Núcleo de Operações Especiais, no ano de 2011, desencadeou ou participou de diversas Operações Especiais de Combate ao Crime, atuando isoladamente, com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais.

O Núcleo de Operações Especiais, no ano de 2011, desencadeou ou participou de diversas Operações Especiais de Combate ao Crime, que listamos aqui, atuando isoladamente, com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais, além de cumprir escala de 40 horas semanais, onde destacamos:

1)Operação Firewall (21 de fevereiro a 04 de março) Região Oeste/SC

Operação estabelecida pela SPF através da ORDEM DE SERVIÇO n° 005/2011, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para desenvolvimento de ações de combate ao crime, notadamente nas regiões de acesso à fronteira do estado de Santa Catarina, com o finco de reduzir o tráfico de entorpecentes e armas em veículos que circulam na região; reforçar o policiamento nas rodovias federais catarinenses, notadamente na operação conjunta promovida pela 5ª Delegacia PRF (Lages-SC); proporcionar sensação de segurança aos condutores e passageiros que viajam com origem ou destino a região de fronteira e realizar,através de policiamento ostensivo, ações de combate ao crime, especialmente assaltos a ônibus que voltaram a ocorrer no estado de Santa Catarina, principalmente na região do extremo oeste.

2)Operação NOE Nacional – ONN ESCA (02 de março)

Operação estabelecida pela CGO através da ORDEM DE SERVIÇO n° 015/2011, com o objetivo de realizar simultaneamente ações de combate a criminalidade nas regiões metropolitanas, com o foco na exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como na proteção a menores em

situação de risco, em alusão a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval 2011, reafirmando o compromisso do DPRF no enfrentamento em tela.

3)Operação Carnaval (04 a 09 de Março) – Região Metropolitana da Capital e Itapema/SC

Operação estabelecida pela DG através da ORDEM DE SERVIÇO n° 001/2011, com o objetivo de implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes interestaduais e internacionais de passageiros nas rodovias federais, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança nas rodovias federais, no período do feriado de Carnaval.

4)Operação Itajubá (29 a 31 de março) - Itajubá/MG

Operação estabelecida pela SPF por meio da ORDEM DE SERVIÇO 008/2011-SPF, com o objetivo de realizar a retirada e transporte das Carabinas MD97 acauteladas aos Núcleos de Operações Especiais do PR e SC, que se encontravam na fábrica da IMBEL em Itajubá/MG, em face de "recall" e entregar o referido armamento ao NOE/PR e NOE/SC

5)Operação Caravana SIGA BEM (31 de março a 04 de abril) - Indaial/SC

Operação estabelecida pela SPF através do memorando n° 094/2011, com o objetivo compor a caravana SIGA BEM.

6)Operação Semana Santa (20 a 24 de abril) – Região Metropolitana da Capital

Operação estabelecida pela SPF por meio da ORDEM DE SERVIÇO 002/2011-DG/DPRF e ORDEM DE SERVIÇO 009/2011-SPF, com o objetivo de proporcionar maior segurança e manter a incolumidade dos usuários em trânsito nas rodovias federais sob a circunscrição da 8ª SRPRF/DPRF/MJ/SC, reduzindo o número de acidentes e combatendo a criminalidade, como exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas, em virtude do aumento considerado no período da Semana Santa.

7)Operação Escolta a Veículo da RFB (22 a 24 de maio) – Foz do Iguaçu/PR

Operação estabelecida pela SPF através do MEMO n° 157/2011 - SPF, conforme solicitação via Ofício Nº 150/11/SEPOL/DRF/FOZ, como o objetivo de realizar a escolta de veículo transportador de mercadorias apreendidas pela RFB, com origem em Foz do Iguaçu/PR e destino a São José/SC.

8)Operação Atividade Sigilosa (07 de maio) – Blumenau/SC e Barra Velha/SC

Operação estabelecida pela SPF através do MEMO n° 146/2011 - SPF, para atividade sigilosa nas cidades de Blumenau e Barra Velha.

9)Operação Sentinela Regional I (27 de maio a 05 de junho) – Região Oeste/SC

Operação estabelecida pela SPF através do ORDEM DE SERVIÇO n° 017/2011 - SPF, com os objetivos de estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento de atividades de combate ao crime notadamente nas regiões de acesso à fronteira do estado de Santa Catarina, com o finco de reduzir o tráfico de entorpecentes e armas em veículos que circulam na região, bem como, combater os assaltos a ônibus que ocorrem no Estado de Santa Catarina.

Reforçar o policiamento nas rodovias federais catarinenses, notadamente nas circunscrições com problemas de baixo efetivo policial.

Proporcionar sensação de segurança aos condutores e passageiros que viajam com origem ou destino a região de fronteira.

10)Operação Fronteira Sul I (06 a 11 de junho) – Dionísio Cerqueira/SC

Operação estabelecida pela SPF através do ORDEM DE SERVIÇO n° 013/2011 - SPF, com o objetivo de reprimir os tipos ilícitos na área de fronteira que compreende de 150 km com a fronteira da Argentina, principalmente relacionados com o tráfico de drogas, contrabando e descaminho, crimes ambientais, furto e roubo de veículos e cargas, bem como ações voltadas a fiscalização de mercadorias em trânsito e condições fito-sanitárias, transporte internacional de cargas e passageiros, escolta de veículos militares.

11)OTENARCO (12 a 19 de junho) – Cascavel/PR

Operação Temática de Enfrentamento ao Narcotráfico estabelecida pela DCC.

12)Operação Sentinela (diversos períodos de julho a dezembro) – Paraná e Santa Catarina

Operação estabelecida pela SPF através do ORDEM DE SERVIÇO n° 049/2011 - CGO, dar prosseguimento a operação sentinela com os objetivos de reforçar o policiamento nas rodovias federais das regiões de fronteira, mais especificamente nos Estados de RS, SC, PR, MS, MT, RO, AC.

13) Operação Pérola Negra II (22 a 31 de agosto) – Joinville e Joaçaba/SC

Operação estabelecida pela SPF através do ORDEM DE SERVIÇO n° 025/2011 -

SPF, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento de atividades de combate ao crime no estado de Santa Catarina, com o finco de reduzir o tráfico de entorpecentes e armas em veículos de transporte de passageiros.

14) Operação Escolta ENEM (3 a 5 de outubro)

Operação estabelecida pela SPF através da OS 058/2011 da CGO, com o objetivo de realizar a escolta no transporte das provas do Exame Nacional do Ensino Médio de 2011 em apoio logístico aos Correios.

15) Operação Morfeu (19 a 20 de dezembro)

Operação estabelecida pela SPF através da OM 015/2011 com o objetivo de coibir o tráfico de drogas para motoristas de transporte de cargas nas margens das rodovias.

16) Operação Final de Ano (22 a 31 de dezembro)

Operação estabelecida pela SPF através da OM 015/2011 com o objetivo de reforçar o policiamento nas rodovias de Santa Catarina durante as festas de final de ano.

Além das operações específicas, o NOE atuou no policiamento e fiscalização na região metropolitana da capital, e constantemente foi acionada para apoiar a 1ª Delegacia – São José em atividades cotidianas, apoiando o efetivo local no atendimento de ocorrências quaisquer tipos de ocorrências.

Apesar disto foram realizados trabalhos em conjunto com outras instituições com excelentes resultados, restando claro e latente a necessidade da melhoria da estrutura operacional e equipamentos, principalmente no que diz respeito as edificações e instalações físicas.

4572 Capacitacao de servidores publicos federais em processo de qualificação e requalificação

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

A Ação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria

continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Visa também a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Os principais resultados obtidos nesta ação já foram demonstrados anteriormente, quando da apresentação da ação-2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL.

Observaram-se como maiores óbices nesta ação, a falta de material humano para implementar os projetos a serem iniciados e os que já estão em andamento.

8692 Educacao de transito para usuarios das rodovias federais

Cumprimento das metas físicas:

O objetivo da ação é aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais. Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

No atendimento desta atribuição, foram desenvolvidas diversas ações direcionadas ao público externo, sobre vários temas relacionados, tais como as principais causas dos acidentes de trânsito; reflexões sobre o comportamento e a violência no trânsito; legislação de trânsito, entre outros.

Ações que apresentaram problemas de execução:

As principais dificuldades encontradas concentram-se na falta de recursos orçamentários e falta de servidores capacitados.

86a1 Processamento e arrecadacao de multas

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não

contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

Durante o ano de 2011 a infra estrutura do NMP foi suficiente para a efetivação de seus serviços, apesar de vários equipamentos já defasados, porém já se sente uma necessidade premente de reestruturação para atendimento da demanda futura.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A Secretaria da CADA e JARI implantada na 8ª SRPRF/SC, foi um fator que elevou, em muito, os serviços nesta ação, juntamente com o convênio com a ANTT, além do ressarcimento das multas pagas indevidamente.

Atualmente há um déficit de pessoal, principalmente de policiais, visto o quadro de pessoal bastante diminuído e muitas atribuições com o repasse de todas as atribuições de controle e referendamento das autuações de velocidade efetuadas pelos radares fotográficos da 8ª SRPRF/MJ.

A principal falha ocorre na falta de policiais rodoviários federais, além de equipamentos obsoletos, e precariedade das instalações elétricas e telefônicas.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Aperfeiçoamento dos sistemas de multa (SISCOM) e RENAINF, diminuindo substancialmente erros e problemas nos modais de troca de arquivos.

Aumento da demanda processual de suspensões do direito de dirigir junto ao DETRAN/SC, visando coibir o uso de álcool entre outras infrações nas rodovias federais.

Controle efetivo dos locais onde devem ser efetuadas as fiscalizações por radar, efetuando diversos estudos técnicos e análises de redução de acidente.

Criação de mais duas JARIS para julgamento de recursos no âmbito da 8ª SRPRF.

Manutenção do modal de troca RENAINF para os autos de infração lavrados na circunscrição da 8ª SRPRF/MJ, com aperfeiçoamento dos sistemas.

Reuniões de Colegiado, das quatro JARIs e CADAs trabalhando dentro das expectativas, eliminando significativamente o passivo de processos à julgar, praticamente zerando a demanda de processos existentes.

Aumento do controle efetivo da fiscalização por radar e por consequência, o aumento de autuações para este tipo infracional.

Utilização do sistema de troca de arquivos do sistema do Registro Nacional de Infrações – RENAINF por ser muito eficaz, abrangendo todos os DETRAN'S do território nacional, sendo que atualmente o RENAINF é o melhor instrumento que dispõe o DPRF/MJ para registro das infrações com base nacional, com a certeza da aplicação infracional qualquer que seja a unidade da federação que esteja licenciado o veículo.

8703 Atividade correicional

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas Delegacias Regionais da 8ª SRPRF/SC, de palestras correicionais, inspeções correicionais (acompanhamento gerencial de serviço). Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e desestimular ocorrência de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores.

O inicio do período de 2011 a UJ registrava um total de 117 procedimentos autuados.

Durante o exercício de 2011 foram autuados 59 novos procedimentos disciplinares, que, somados às 13 denuncias anônimas e à 01 procedimento que retornou em face de fatos novos, perfazem um total de 190 procedimentos.

No mesmo período foram encerrados 86 procedimentos, de forma que permaneceu ao final do exercício, o montante de 104 procedimentos a serem analisados.

EVOLUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS				
EXERCÍCIO	PROCESSOS EXISTENTES	PROCESSOS AUTUADOS NO EXERCÍCIO (+)	PROCESSOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO (-)	PROCESSOS REMANESCENTES

2008	358	96	189	265
2009	265	102	194	173
2010	173	22	78	117
2011	117	73	86	104

O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas.

Cabe salientar que o objetivo da ação é atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF/MJ, assegurando o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.

2c78 Acompanhamento psicossocial de servidores do DPRF

Cumprimento das metas físicas:

O projeto PATRULHA DA SAÚDE, executado em 2011 nas unidades da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal em Santa Catarina, tem uma história vinculada às grandes mudanças provocadas pela Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS). Esta política, que se aplica a todos os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), incluindo os servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Federal (PF), vem sendo construída de forma coletiva, com a participação dos profissionais de saúde, das áreas de recursos humanos e das entidades sindicais, num processo gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Para atender as suas diretrizes estão sendo criadas, nas diferentes regiões do país, unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS)[1]. Estas unidades preveem a assinatura de termos de cooperação técnica entre os órgãos, possibilitando assim otimizar

[1] Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

e incrementar os recursos orçamentários, propiciando o uso racional dos materiais, equipamentos, força de trabalho, imóveis e instalações. O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Seguindo orientação recebida do órgão central, a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina já assinou o seu acordo de cooperação com a unidade SIASS mais próxima[2], integrando-se assim a uma rede de profissionais de saúde muito maior do que a existente em seu quadro de pessoal[3], contando agora com o amparo legal para as ações, os projetos e os programas a serem desenvolvidos na área da saúde. Vale lembrar que antes do SIASS, cada órgão tinha suas diretrizes e atuava conforme suas possibilidades e demandas.

Neste sentido, calcado no primeiro grande eixo desta nova Política, a Divisão de Saúde – DISAS do DPRF criou o Projeto Patrulha da Saúde. Trata-se da realização de um circuito de exames de saúde, envolvendo coleta de dados de anamnese, antropometria, medicina de tráfego, bioquímica e orientação à saúde, bem como avaliações psicossociais, com o objetivo de diagnosticar os principais acometimentos de saúde dos servidores e propor soluções individuais e coletivas para superação dos problemas, de forma integrada, nos aspectos físico, mental, social e espiritual.

Foi assim que, nas reuniões do SIASS, ocorreu uma aproximação com a Polícia Federal em Santa Catarina e diante das dificuldades em comum, estabeleceu-se uma parceria entre os órgãos para fortalecer as atividades de saúde de ambos.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) dando continuidade à parceria com a Polícia Federal de Santa Catarina iniciou o trabalho do Patrulha da Saúde 2011 no final de abril/2011 e foram concluídos em novembro/2011. No total a equipe atendeu nove unidades da PRF e sete unidades da PF. Os atendimentos aconteceram em forma de um circuito de exames individuais em saúde, executados de modo ágil (em torno de 60 minutos por servidor), contendo sete estações conforme veremos a seguir.

A seguir, na Tabela 01, é possível acompanhar as datas de realização do Patrulha da Saúde nas unidades da PRF e PF, bem como o quantitativo de atendimentos.

---

[2] O acordo foi assinado na manhã do dia 04 de outubro de 2010, pelo Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, o Sr. Luiz Ademar Paes perante o Vice-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Senhor Carlos Alberto Justo Silva.

[3] Na data de adesão ao SIASS, a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina não contava com nenhum profissional na área da saúde.

Atendimento do Patrulha da Saúde 2011 na Polícia Rodoviária Federal e na Polícia Federal em Santa Catarina		
UNIDADE	Data do Patrulha	Atendimentos Servidores
Sede PRF/Florianópolis	02, 03, 07 e 08/08/2011	83
1ª Delegacia-PRF/São José	21 a 24/11/2011	43
2ª Delegacia-PRF/Tubarão	17/10 a 20/10/2011	50
3ª Delegacia-PRF/Joinville	23 a 25/05/2011	43
4ª Delegacia-PRF/Rio do Sul	26 a 29/09/2011	38
5ª Delegacia-PRF/Lages	26 a 29/04/2011	30
6ª Delegacia-PRF/Mafra	16 a 18/05/2011	34
7ª Delegacia-PRF/Joaçaba	04 a 06/07/2011	26
8ª Delegacia-PRF/Chapecó	17 e 18/08/2011	24
Delegacia da Polícia Federal em Lages	26 a 29/04/2011	30
Delegacia da Polícia Federal em Joinville	26 e 27/05/2011	35
Delegacia da Polícia Federal em Itajaí	20/06 a 22/06/2011	39
Delegacia da Polícia Federal Dionísio Cerqueira	14 a 16/08/2011	19
Delegacia da Polícia Federal em Chapecó	19 a 20/08/2011	16
Superintendência Regional PF em Florianópolis	13, 14, 19 e 20/09/2011	109
Delegacia da Polícia Federal em Criciúma	21 e 22/10/2011	17
TOTAL	-	636

No ano de 2011, a equipe técnica com aproximadamente oito profissionais que, seguindo um cronograma pré-estabelecido, visitou todas as unidades da PRF e da PF no estado. O equipamento utilizado pela equipe é de rápida montagem, exigindo da unidade apenas a disponibilização de salas, mesas e cadeiras. A equipe contou com a colaboração de diversos profissionais, que se revezaram no atendimento das unidades.

Para 2012 a expectativa é fortalecer a parceria iniciada em 2011, mantendo os atendimentos conjuntos do projeto. É importante lembrar que esta parceria no modo como foi executada em Santa Catarina mostrou-se não só viável, mas principalmente, indicada para a realidade policial, oportunizando espaços qualificados de escuta, orientação e acompanhamento da saúde dos servidores. Além disso, otimiza os custos, divide as responsabilidades e eleva a qualidade dos serviços ofertados, pro-

vocando a aproximação entre os servidores das duas polícias.

Como sugestão fica o aumento da participação da PF na execução do projeto em 2012, no que diz respeito aos recursos financeiros, materiais e humanos. Sugere-se ainda a divulgação deste case de sucesso para as demais unidades, até porque se trata de uma alternativa possível e facilitada para trabalhar a promoção da saúde no meio policial.

Em anexo são apresentados os relatórios estatísticos, totalizando os atendimentos por área e evidenciando as alterações no que tange aos padrões adotados pelo projeto. Além do relatório geral de atendimento (anexo III), seguem também os relatórios por unidade atendida (anexo IV), com um breve descritivo dos dados.

Com relação às dificuldades enfrentadas, ressaltamos a perene falta de efetivo, a falta de orçamento para incrementarmos nossas ações e, ainda, a falta de viatura para o transporte da equipe.

4641 Publicidade de utilidade pública

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Nos termos previstos na Instrução Normativa n. 02/2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, entende-se por Publicidade de Utilidade Pública as ações destinadas a "divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida".

A principal finalidade desta ação é promover a divulgação das atividades desenvolvidas e dos fatos relacionados visando o atendimento do direito constitucional à informação, bem como a orientação de interesse público e, simultaneamente, realizando a promoção institucional do órgão.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora não tenha havido a contratação de serviços dessa natureza durante o exercício de 2011, a 8ª SRPRF/SC desenvolveu diversas atividades que

podem perfeitamente ser consideradas como publicidade de utilidade pública, conforme relaciona-se abaixo.

1. “Troféu PRF 50 anos em Santa Catarina”

Considerando que a PRF completou 50 anos de trabalho em território catarinense em 2011, a 8ª SRPRF/SC viabilizou uma homenagem da Federação Catarinense de Futebol por meio da denominação de “Taça PRF 50 anos em Santa Catarina” ao troféu entregue ao campeão do 1º turno do campeonato estadual de futebol de 2011.Ocorre que essa ação, dotada de caráter originariamente de publicidade institucional, foi conduzida de forma a possibilitar a difusão de mensagens de conteúdo de utilidade pública.

Além de conferir uma excelente exposição midiática da PRF em vários veículos de comunicação (jornal, televisão, rádio e internet), permitindo não só a divulgação e a valorização da instituição, tal fato também possibilitou a divulgação de informações de utilidade pública, sobretudo no tocante às orientações para prevenir acidentes e, assim, construir um trânsito seguro.

2. "Minuto craque do volante"

Dando continuidade à experiência bem sucedida do projeto Boa Viagem, que vigorou de dezembro/2009 a fevereiro/2010, realizou-se o projeto "Minuto craque do volante", desta vez em parceria com a Rádio Guarujá 1420 AM, de Florianópolis.

O Minuto Craque do Volante consistiu num projeto de conscientização das pessoas acerca da necessidade de se ter mais cuidado e responsabilidade no trânsito com o objetivo de evitar acidentes e, assim, preservar vidas. Produzidas e narradas, as mensagens divulgadas no formato de *spot* associavam questões do futebol com aspectos do trânsito, indo ao ar quatro vezes por dia ao longo da programação da emissora.

O sucesso do "Minuto craque do volante" foi tão grande que a campanha, inicialmente projetada para durar apenas nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, permaneceu sendo difundida no decorrer do ano até o fim do Campeonato Brasileiro de futebol, em dezembro.

3. "Acenda os faróis, dê uma luz para a vida"

Na semana que antecedeu a Páscoa (18 a 24 de abril de 2011), a 8ª SRPRF/SC idealizou uma ação denominada "Acenda os faróis, dê uma luz para a vida", na qual os motoristas foram estimulados a usar os faróis baixos dos veículos mesmo durante o dia como forma de demonstrar a

aceitação às orientações de respeitar o limite de velocidade, usar o cinto de segurança, não dirigir sob efeito de álcool e não ultrapassar em local proibido. Além disso, o emprego do farol baixo consiste um importante fator para a redução dos riscos de acidentes, tendo em vista que melhoram a percepção dos motoristas em relação aos veículos que trafegam pelas rodovias, especialmente nos trechos de pista simples. Essa ação contou com o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Santur, que viabilizou a confecção de *folders* e de adesivos para distribuição.

Os veículos de imprensa também acreditaram na ideia e colaboraram para a divulgação da campanha. Atletas do Figueirense e do Avaí também se manifestaram conclamando os torcedores a aderirem à ação.

4. “Vício Motor Show”

A 8ª SRPRF/SC promoveu uma ação de natureza mista, englobando publicidade institucional e de utilidade pública no evento que se baseia na exposição de alguns dos carros e motos mais admirados pelas pessoas.

O estande da PRF, montado em local de destaque, registrou a presença de grande parte dos cerca de 15 mil visitantes e teve atuação integrada com as atividades desenvolvidas na Mini Cidade projetada por uma empresa de seguros para transmitir aulas de educação para o trânsito.

A simpatia da Bonecona PRF também encantou o público presente, em especial a criançada que acompanhava os pais. Várias seções de foto foram feitas.

Dentre as ações desenvolvidas, policiais rodoviários federais e socorristas voluntários realizaram o atendimento simulado de vítimas de acidentes de trânsito. Além disso, houve a distribuição de materiais educativos e o esclarecimento de diversas dúvidas sobre trânsito.

Um outro aspecto que despertou bastante interesse das pessoas foi a realização de testes de bafômetro demonstrativos. A partir dessa ação foi possível observar avanços na conscientização quanto à importância do respeito à lei seca. Também foi constatada a busca de alternativas para o consumo responsável de bebidas alcoólicas com a escolha do "motorista da vez".

5 “Corrida Rústica - 50 anos da PRF em Santa Catarina”

Atividade destinada a celebrar os 50 anos de trabalho da PRF em território catarinense, a corrida serviu como publicidade de utilidade pública foi realizada em 6 de novembro de 2011.

O evento teve diversas outras atividades, com destaque para a exposição e explicação sobre alguns equipamentos usados no socorro de vítimas de acidentes de trânsito, a demonstração do cão de faro Choco empregado no combate ao tráfico de drogas e do helicóptero Patrulheiro 01. Para as diversas crianças presentes ao evento duas atividades em especial foram desenvolvidas: a realização de uma oficina de desenho temático sobre trânsito com a finalidade de estimular a reflexão sobre os cuidados necessários para evitar a ocorrência de acidentes e a promoção de uma corrida infantil de aproximadamente 200 metros para despertar o interesse pela prática desportiva.

6. “Desafio das Estrelas”

Mais uma vez, repetindo ações já desenvolvidas nos anos de 2009 e de 2010, a 8ª SRPRF/SC viabilizou a realização da campanha "Seja uma estrela no trânsito: dirija pela vida" no Desafio Internacional das Estrelas (02, 03 e 04 de dezembro), prova automobilística que tradicionalmente reúne alguns dos principais pilotos de todo o mundo.

Infelizmente, nessa edição o trabalho ficou limitado à divulgação da mensagem tema da campanha no *flyer* oficial do evento e no telão, não sendo possível a montagem de um estande e a realização de um melhor trabalho de prevenção de acidentes devido à falta de pessoas e de materiais a serem distribuídos.

Apesar disso, o alcance da ação foi deveras potencializado diante da visibilidade obtida a partir da entrega de um certificado de agradecimento ao piloto Felipe Massa.

7. “Corrida Paz no Trânsito”

A pedido da organização da Corrida e Caminhada pela Paz no Trânsito, realizada em 04 de dezembro de 2011, a 8ª SRPRF/SC realizou um trabalho educativo e de conscientização na busca pela construção de um trânsito seguro por meio de um estande "tira-dúvidas", da exposição de um carro e de uma motocicleta policiais e da realização de testes de bafômetros demonstrativos.

8. “Twitter”

O perfil @PRF191SC no micro-blog twitter foi mantido e teve seu uso constantemente aperfeiçoado com o fim de divulgar informações sobre o trabalho da instituição no Estado e, também, prestar informações de interesse público diretamente à população sem o filtro natural da imprensa. O twitter PRF191SC continua sendo o mais seguido dentre as contas da PRF, contando atualmente com mais de 23 mil seguidores. Sem dúvidas, esse resultado significativo foi alcançado

em razão da grande agilidade no fluxo interno das informações e da consequente credibilidade obtida perante nosso grupo eclético de seguidores. O twitter @PRF191SC é atualizado pelo Nucom e pela Central de Informações Operacionais.

9. Facebook

Com a finalidade de ampliar o alcance das informações repassadas, a 8ª SRPRF/SC aderiu à rede social que mais cresce atualmente em todo o mundo, criando a conta PRF 191 SC no Facebook. A ideia é usar essa ferramenta da mesma forma que o twitter, porém aproveitando suas diferentes potencialidades.

10. Outras ações

Ordinariamente, a 8ª SRPRF/SC foi demandada por diversos veículos de imprensa para prestar informações sobre o trabalho desenvolvido pela PRF.

Mais de 90% dessas demandas tinham a questão da segurança do trânsito como temática principal. Nessas oportunidades, sempre se buscou difundir mensagens e informações capazes de influenciar as pessoas a adotarem uma postura mais prudente e responsável no trânsito visando a prevenção de acidentes e, consequentemente, a preservação da vida. Exemplo disso foram as diversas intervenções em períodos que antecederam aos feriados prolongados.

As principais dificuldades foram:

Falta de recursos humanos (apenas a partir do mês de setembro de 2011 foi lotado um outro policial no Núcleo);

Inexistência de dotação orçamentária específica para o desenvolvimento das ações de comunicação social (promoção de eventos, clipagem de notícias, etc);

Falta de capacitação específica para promover ações de publicidade pública;

Falta da cultura institucional quanto à importância da rápida, completa e eficiente difusão de informações e imagens.

2720- Ações de carater sigiloso na área da segurança pública

Cumprimento das metas físicas:

A atividade de inteligência se desenvolve nas mais diversas áreas existentes. Tendo inicialmente função de proteção do órgão e apresenta de forma a garantir a segurança e a eficácia de operações, através de assessoria, municiando o órgão com conhecimento produzido através do levantamento de informações.

O conceito a respeito de Inteligência pode ser expresso como sendo essa atividade um processo de: identificação das necessidades de informações; coleta de dados de interesse; análise, integração, disseminação, utilização e validação do esforço.

Isso ocorre mediante o uso de metodologia peculiar, com vistas ao assessoramento do planejamento e da decisão nos órgãos e à proteção da informação crítica ou sensível.

Dentro desse objetivo, o NUINT promoveu e manteve o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal e Estadual, executando diversas operações e desenvolvendo diversos projetos, conforme na ação 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**,** haja vista que trata-se de assuntos correlatos.

A Inteligência também tem a função de demandar análises a fim de possibilitar a identificação tanto de oportunidades e a implementação das políticas. Os objetivos geram efeitos em todos os níveis da sociedade, disso decorrendo a necessidade de se manter um constante fluxo de informações acuradas que podem influenciar em sua formulação e consecução.

Consiste em planejar e executar as ações em consonância com os objetivos a alcançar e em perfeita sintonia com as finalidades da Atividade. Em todas as fases, a produção da informação deve orientar-se pela utilidade, finalidade e objetivo específico da informação a ser produzida, e realizar-se com a maior precisão possível, mediante uma linguagem clara e simples.

2000 Ações de administração da unidade

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas apresentadas na LOA 2009/2011 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Contratos firmados em 2011 para fornecimento de água para as unidades da UJ

A contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de água e esgoto para Sede da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina e para suas unidades operacionais, encontra embasamento no art. 25 caput da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, vista serem especificamente únicas as empresas que prestam os serviços nas diversas localidades, dispostos os contratos na forma que segue:.

CONTRATOS PRORROGADOS EM 2011 PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA AS UNIDADES DA UJ	
UNIDADE OPERACIONAL	EMPRESA CONTRATADA
Sede da 8ª SRPRF/SC	CASAN FLORIANÓPOLIS - CNPJ 82.508.433/0001-17
Corpo Motociclistas Regional CMR	CASAN FLORIANÓPOLIS - CNPJ 82.508.433/0001-17
Divisão de Operações Aéreas (DOA)	CASAN DE SÃO JOSÉ - CNPJ 82.508.433/0001-17
1ª Delegacia de São José e NOE	CASAN DE SÃO JOSÉ - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de São Miguel	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional Rancho Queimado	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Itapema	ÁGUAS DE ITAPEMA – CNPJ 06.220.197/0001-50
Unidade Operacional de Palhoça	ÁGUAS DE PALHOÇA – CNPJ 82.892.316/0001-08
2ª Delegacia de Tubarão	ÁGUAS DE TUBARÃO - CNPJ 82.928.656/0001-33
Unidade Operacional de Tubarão	ÁGUAS DE TUBARÃO - CNPJ 82.928.656/0001-33
Unidade Operacional de Araranguá	SEMASA DE ARARANGUÁ – CNPJ 82.568.221/0001-25
Unidade Operacional de Penha	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
3ª Delegacia de Joinville	ÁGUAS DE JOINVILLE - CNPJ 07.226.794/0001-55
Unidade Operacional de Pirabeiraba	ÁGUAS DE JOINVILLE - CNPJ 07.226.794/0001-55
Unidade Operacional de Barra Velha	ÁGUAS DE BARRA VELHA – CNPJ 83.102.830/0001-57
Unidade Operacional de Guaramirim	CASAN DE GUARAMIRIM - CNPJ 82.508.433/0001-17

Unidade Operacional de São Fco. do Sul	SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - 86.132.156/0001-41
4ª Delegacia de Rio do Sul	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Blumenau	SIMAE DE BLUMENAU – CNPJ 83.779.462/0001-86
Unidade Operacional de Rio do Sul	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
5ª Delegacia de Lages	SEMASA DE LAGES - CNPJ 05.532.421/0001-87
Unidade Operacional de Índios	SEMASA DE LAGES - CNPJ 05.532.421/0001-87
Unidade Operacional de Ponte Alta	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Vacas Gordas	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
6ª Delegacia de Mafra	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Rio Negrinho	SAMAE DE RIO NEGRINHO – CNPJ 85.908.309/0001-37
Unidade Operacional de Santa Cecília	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
7ª Delegacia de Joaçaba	SIMAE DE JOAÇABA – CNPJ 84.591.890/0001-43
Unidade Operacional de Concórdia	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
8ª Delegacia de Chapecó	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Xanxerê	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17
Unidade Operacional de Maravilha	CASAN - CNPJ 82.508.433/0001-17

Contratos prorrogados em 2011 para fornecimento de energia elétrica para as unidades da UJ

A exemplo do quadro anterior, a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de energia elétrica para Sede da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina e para suas unidades operacionais, encontra embasamento no art. 24, inciso XXII da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, face a concessão dos serviços às determinadas empresas, conforme segue:

CONTRATOS FIRMADOS EM 2011 PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS UNIDADES DA UJ	
UNIDADE OPERACIONAL	EMPRESA CONTRATADA
Sede da 8ª SRPRF/SC	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Corpo Motociclistas Regional CMR	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Divisão de Operações Aéreas (DOA)	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
1ª Delegacia de São José e NOE	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de São Miguel	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional Rancho Queimado	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Itapema	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Palhoça	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
2ª Delegacia de Tubarão	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90

Unidade Operacional de Tubarão	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Araranguá	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Penha	CERPALO - CNPJ 85.318.640/0001-05
3ª Delegacia de Joinville	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Pirabeiraba	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Barra Velha	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Guaramirim	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de São Fco. do Sul	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
4ª Delegacia de Rio do Sul	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Blumenau	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Rio do Sul	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
5ª Delegacia de Lages	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Índios	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Ponte Alta	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Vacas Gordas	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
6ª Delegacia de Mafra	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Rio Negrinho	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Santa Cecília	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
7ª Delegacia de Joaçaba	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Concórdia	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Campos Novos	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Vargem Bonita	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
8ª Delegacia de Chapecó	CELESC - CNPJ 08.336.783/0001-90
Unidade Operacional de Xanxerê	IGUAÇU - CNPJ 83.855.973/0001-30
Unidade Operacional de Maravilha	CERAÇÁ - CNPJ 09.364.804/0001-44

A missão constitucional da Polícia Rodoviária Federal referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu art. 144 estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. A ostensividade requerida pela constituição Federal de 1988 é exercida pelas Unidades descentralizadas em todas as Unidades da Federação, sendo que, a identificação do Estado pela sua ostensividade de ação representa um dos fatores primordiais para a manutenção da ordem e do cumprimento das missões da Polícia Rodoviária Federal. Diante desse quadro é imperativo que esta Regional Policial realize a contratação dos serviços, objeto deste processo, conforme o determinado pela Lei 8666/93

Compras e contratações de serviços processados pela unidade jurisdicionada em 2011

A missão constitucional da Polícia Rodoviária Federal referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu art. 144 estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

A ostensividade requerida pela constituição Federal de 1988 é exercida pelas Unidades descentralizadas em todas as Unidades da Federação, sendo que, a identificação do Estado pela sua ostensividade de ação representa um dos fatores primordiais para a manutenção da ordem e do cumprimento das missões da Polícia Rodoviária Federal.

Diante desse quadro é imperativo que esta Regional Policial realize a contratação dos serviços e das aquisições imprescindíveis para o aparelhamento logístico das unidades operacionais e administrativas.

Embora exista uma política de centralização das compras pelo DPRF em Brasília, com fins de ganho de escala e padronização, muitas das demandas específicas da regional são operadas pela área administrativa e resultam em diversas contratações:

COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PROCESSADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA EM 2011 – UJ 200125		
PREGÃO	DATA	DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO
001/2011	14/01/11	Locação Equipamentos de Impressão
002/2011	14/12/10	Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
003/2011	06/04/11	Serviço de mecânica
004/2011	15/07/11	Material de APH (atendimento pré hospitalar)
005/2011	03/11/11	Uniformes de frio
006/2011	14/12/11	Informática - Instalação / Manutenção Comunicação Dados
007/2011	14/12/11	Serviços de vigilância
008/2011	11/12/11	Telefonia fixa
009/2011	14/12/11	Serviços de engenharia (muro em Rio do Sul)

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis, aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, coleções e materiais bibliográficos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos.

Essas despesas compreendem ainda os serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

No entanto, o limite orçamentário do Órgão, segundo o DPRF/MJ, está estagnado, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica). Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da 8ª SRPRF/SC, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

Outro grande problema vivenciado pela UJ reside na falta de efetivo para atender as demandas do serviço administrativo, visto não haver função administrativa nos quadros do órgão, anseio antigo desta unidade, para conseguir liberar os policiais utilizados na atividade meio, para os fins a que foi arduamente treinado que é o serviço operacional da atividade fim.

Toda a atividade administrativa explicitada nos quadros anteriores, gera uma grande demanda de material humano a fim de coordenar, organizar, instruir e fiscalizar os serviços contratados, além do estudo e solução de problemas internos relativos a administração das unidades operacionais.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação orçamentária de despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200230	301070612207502000	10.544,14	-	-
		200109	301070612207502000	34.556,91	-	-
		200109	301070612207502000	-	-	67.828,53
		200109	301070612806632524	-	-	1.032,57

		200109	301070618106632723	-	-	3.631,07
		200109	301070618106632723	-	-	504,37
		200109	262901236214494017	-	-	2.044,64
		200109	301070618113868698	-	-	352.162,40
	Recebidos	200230	301070612207502000	14.593,26	-	-
		200230	301070927200890181	67.627,56	-	-
		200109	301070927200890181	-	-	3.879.086,58
		200113	301070927200890181	1.205,04	-	-
		200230	301070927200890181	87.360,95	-	-
		200109	301070612806632524	-	-	172.800,20
		200109	301070618106632B11	-	-	14.043,00
		200109	301070618106632723	-	-	3.406.765,99
		200109	301070618106634290	-	-	57.912,98
		200109	301070618306632816	-	-	64.218,43
		200109	262901236214494017	-	-	2.044,64
		200109	201211424300738787.	-	-	16.053,86
		200109	301070618113868698	-	-	1.012.704,92
		200109	301070645206638692	-	-	11.201,00
		200109	392502612514632346	-	-	289.968,82
		200109	5210105811018120CI	-	-	26.849,74
Movimentação Externa	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	301070927200890181	229.077,14	-	-
		200109	301070618106632723	129.510,68	-	-
		200109	30911061811127120M	197.727,37	-	-
Movimentação Externa	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

FONTE: NUOFI/SIAFI

Análise crítica

No que tange as provisões recebidas grande parte destinou-se a manutenção da unidade, sendo aplicadas nos contratos continuados de despesas terceirizadas, de manutenção, de abastecimento da frota, despesas públicas, e outros como diárias e despesas de menor vulto, as quais são essenciais ao funcionamento da 8ª SRPRF/SC.

Cabe destacar que os gastos com os investimentos vieram de encontro as nossas necessidades, priorizando à atividade fim, com a renovação da frota, compra de mobiliário, aquisição equipamentos operacionais, equipamentos de inteligência, materiais para as atividades de saúde, além de equipamentos de telecomunicações e informática, sempre priorizando buscar melhores condições de trabalho e valorização dos servidores do órgão.

Em uma análise geral, constata-se que as programações das compras centralizadas e as descentralizações efetuadas pelo DPRF foram de grande proveito no que dizem respeito a esta Regio-

nal, em especial nas despesas de capital, conforme destaca-se nas ações de administração da unidade.

2.4.2. Execução Orçamentária de Despesas

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	**8.520.078,86**	**5.584.391,48**	**5.570.622,30**	**5.584.391,48**
Convite	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tomada de Preços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Concorrência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pregão	**8.520.078,86**	**5.584.391,48**	**5.770.622,30**	**5.584.391,48**
Concurso	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Consulta	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratações Diretas	**708.259,11**	**637.487,96**	**624.547,78**	**637.487,96**
Dispensa	492.398,39	497.460,02	462.109,18	497.460,02
Inexigibilidade	215.860,72	140.027,94	162.438,60	140.027,94
Regime de Execução Especial	**15.241,78**	**7.829,92**	**15.241,78**	**7.829,92**
Suprimento de Fundos	15.241,78	7.829,92	15.241,78	7.829,92
Pagamento de Pessoal	**1.241.221,98**	**1.397.314,62**	**1.241.221,98**	**1.397.314,62**
Pagamento em Folha	52.016,57	0,00	52.016,57	0,00
Diárias	1.189.205,41	1.397.314,62	1.189.205,41	1.397.314,62
Outras	**134.409,28**	**0,00**	**105.272,19**	**0,00**

Fonte: NUOFI/SIAFI

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	**52.016,57**	**82.220,82**	**52.016,57**	**16.000,00**	**-**	**-**	**52.016,57**	**-**
1º elemento de despesa	52.016,57	-	52.016,57	-	-	-	52.016,57	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	**7.893.999,73**	**7.893.999,73**	**6.954.061,49**	**7.752.856,01**	**939.938,24**	**2.011.741,49**	**6.644.892,36**	**7.200.583,00**
1º elemento de despesa	2.307.654,92	2.736.006,20	1.955.259,36	2.255.306,38	414.147,20	1.091.893,74	1.895.215,75	2.100.754,63
2º elemento de despesa	2.157.866,86	2.580.516,36	1.893.507,72	2.121.487,23	320.805,55	480.699,82	1.883.428,99	1.987.163,93
3º elemento de despesa	2.027.695,01	2.547.192,60	1.706.889,46	1.488.622,62	202.607,50	425.705,37	1.467.842,67	1.397.314,62
Demais elementos do grupo	1.400.782,94	1.900.882,34	1.398.404,95	1.887.439,78	2.377,99	13.442,56	1.398.404,95	1715349,82

Fonte: NUOFI/SIAFI

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	**2.673.194,71**	**677.086,87**	**1.059.997,10**	**83.007,52**	**1.613.197,61**	**594.079,35**	**1.059.997,10**	**83.007,52**
1º elemento de despesa	2.500.480,55	677.086,87	1.015.035,09	83.007,52	1.485.445,46	594.079,35	1.015.035,09	83.007,52
2º elemento de despesa	170.564,16	-	44.962,01	-	125.602,15	-	44.962,01	-
3º elemento de despesa	2.150,00	-	0,00	-	2.150,00	-	0,00	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Observa-se na análise dos registros contábeis que durante todo o exercício de 2011, não se registraram alterações significativas em relação às ações executadas no exercício de 2010, de forma que todas estas ações transcorreram estritamente dentro do planejado para 2011.

O contingenciamento no exercício afetou as despesas de caráter continuado, bem como a reforma e construção de novas unidades operacionais constantes no planejamento para o exercício de 2011.

2.4..3. Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes

ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Observa-se o COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, como sendo igual a média resultante do total de postos adequados fisicamente, mais o total de postos adequados quanto à tecnologia da informação, mais o total de postos adequados quanto a viaturas: Icaif = (pafi + pati + pavi)/3

2.4.3.3. Programa 0750

O Apoio Administrativo é um programa comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal, sendo que para este tipo de programa não existem metas físicas.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	311.165,17	1.996,04	295.529,13	13.640,00
2009	63.422,12	-	62.316,60	1.105,52
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	2.553.135,85	121.346,87	2.285.678,19	169.860,43
2009	1.365.795,80	58.281,66	1.297.353,98	10.160,16
2008	2.743.161,73	59.312,11	2.669.369,62	14.480,00
Observações:				

Fonte: NUOFI

5. RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	495	16	23
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3 Total de servidores (1+2)	-	495	16	23

Fonte: SIAPE

5.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	10

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**-**
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**17**

Fonte:

5.1.3 Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**-**	**-**	**-**	**-**
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	**-**	**-**	**-**	**-**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	34		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**35**	**35**	**1**	**1**

Fonte:

5.1.4 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	**29**	**195**	**204**	**60**	**7**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**29**	**195**	**204**	**60**	**7**

Fonte:SIAPE

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por NIVEL DE ESCOLARIDADE - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	**5**	**193**	**249**	**3**	**10**	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	**34**	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	**5**	**193**	**283**	**3**	**10**	**1**
LEGENDA									

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2011
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	224	7
1.2 Compulsório	3	1
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	11	2
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	238	10

Fonte: SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	Regime de proventos do servidor instituidor
1. Aposentado	**-**	**-**
1.1. Integral	51	4
1.2. Proporcional	51	2
2. Em Atividade	**8**	**4**

3. Total (1+2)	**110**	**10**

Fonte: SRH

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	11	8	8	7	4009,05
Nível Médio	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	37	35	38	27	4009,05
3. Total (1+2)	48	43	46	34	

Fonte: Arquivos Núcleo Legislação e Capacitação de Pessoal e CIEE

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2011	55.421.233,87	192.960,73	7.235.048,07	1.960.991,70	1.947.384,51	,00	,00	66.757.618,88
2010	52.901.080,97	221.708,24	6.898.751,39	1.948.716,84	1.985.367,86	,00	,00	63.955.625,30
2009	211.149.392,14	1.460.591,52	62.309.231,57	16.722.858,95	6.726.496,11	,00	,00	298.368.570,29
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2011	28.402,17	0,00	12.364,10	4.121,36	2.736,00	0,00	0,00	47.623,63
2010	48.504,72	0,00	4.042,06	1.347,35	3.773,99	0,00	0,00	57.668,12
2009	48.504,72	0,00	4.042,06	0,00	9.055,60	0,00	0,00	61.602,38
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE e relatórios anteriores.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200125					**CNPJ:**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat**	**Identificação do Contra-to**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2006	V	O	012/2006	82.949.652/0001-31	01/01/07	31/12/11	0	0	12	12	0	0	P
2006	V	O	013/2006	05.449.286/0001-00	01/01/07	31/12/11	0	0	21	21	0	0	P
2005	L	O	009/2005	00.482.840/0001-38	15/12/05	14/12/11	38	38	0	0	0	0	P
2011	L	O	010/2011	05.233.652/0001-90	15/12/11	14/12/12	35	35	0	0	0	0	P

Observação: As contratações estão em total concordância com os preceitos estabelecidos pelo Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200125					**CNPJ:**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	1	O	01/03/11	10.565.981/0001-78	25/01/11	24/01/12	0	0	31	31	0	0	P

Observação: As contratações estão em total concordância com os preceitos estabelecidos pelo Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo:

O controle de faltas na 8ª SRPRF/SC é realizado pelo comunicado de frequência enviado pelas chefias imediatas, com reflexo nos lançamentos cadastrais e financeiros.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

Com a implantação do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, todo o acompanhamento dos atestados médicos, licenças para tratamento de saúde e acidentes de trabalho é realizado pelo portal SIASS, no sítio www.siapenet.gov.br , no módulo Siape Saúde, onde é armazenado todas as informações sobre os afastamentos. Todavia dispomos apenas do acesso administrativo, para consultas e demais dados estatísticos dos afastamentos decorrente de acidente de serviço e doenças ocupacionais.

Rotatividade:

A rotatividade no âmbito da 8ª SRPRF/SC é irrisória, dada a carreira do Policial Rodoviário Federal e a estabilidade no serviço público.

Educação Continuada:

O programa de capacitação é formulado pela Coordenação de Ensino no DPRF, sendo executada no âmbito das regionais pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal.

Satisfação e Motivação:

Pesquisa de satisfação e avaliação da motivação dos servidores faz parte do Programa Mi-

chel Figueiredo como parte do Projeto Servidor Saudável, escolha Racional e Viável - PROSSERV, sendo executado continuadamente em todas as delegacias da 8ª SRPRF/SC pelos Patrulhas da Saúde com previsão de término em maio de 2012.

Disciplina:

Não existe qualquer indicador na área de Recursos Humanos sobre disciplina no trabalho. No caso da 8ª SRPRF/SC a disciplina e correspondente indicadores gerenciais, fica a cargo da Corregedoria Regional e Comissão de Ética.

Desempenho Funcional:

Medido pela avaliação funcional da chefia imediata e conforme Decreto nº 84.669/80.

Níveis Salariais:

Atualmente definido pelo anexo III da nº 11.358/06, redação dada pela Lei nº 12.342/10, sem previsão de novas reposições salariais.

Demandas Trabalhistas:

Poucas ocorrências, em sua grande maioria, de cunho sindical.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.

7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
8ª Superintendência Regional – Santa Catarina
Seção Administrativa e Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, ANDRE SAUL DO NASCIMENTO, CPF n° 91246458934, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 06 de março de 2012.

ANDRE SAUL DO NASCIMENTO
CPF n° 91246458934
Chefe da Seção Administrativa e Financeira

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1)Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	35
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

8.2) Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

Buscando o fiel cumprimento dos preceitos legais, bem como zelar pela qualidade, legalidade e responsabilidade fiscal da gestão dos recursos públicos no Poder Executivo, esta administração considerou imprescindível a constante aplicação dos preceitos instituídos pela Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007, como forma de dar ampla transparência aos seus atos.

Esta Portaria tem por objetivo desburocratizar o processo de apresentação de declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado do agente público, exigido no art. 13 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.de novembro de 1993.

A Lei n.º 8429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, em seu art. 13 condicionam à posse e o exercício de agente público a apresentação de declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.

De forma a trazer maior eficiência, economia e racionalidade ao processo, a Portaria estabeleceu que todo agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art. 13 da Lei n° 8.429, 2 de junho de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ou, apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

Cabe salientar que no exercício de 2011 a Portaria foi cumprida na integralidade, constando nos assentamentos que todos os 495 servidores lotados na UJ realizaram a entrega e/ou autorizaram o acesso a sua DBR, não havendo assim providências a serem adotadas quanto ao não cumprimento.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

Núcleo de Administração Pessoal da 8ª SRPRF/SC

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

A UJ utiliza o SISPRF, sistema de gerenciamento de informações a respeito dos servidores, juntamente com Processo Administrativo específico para esse fim, instruído com as cópias das DBR e planilhas de acompanhamento.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá

As cópias das DBR são recebidas em papel, não havendo acesso as autorizadas por esta UJ,

sendo que as autorizações são arquivadas a fim de autorizarem os Órgãos de Controle Interno.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

Não foi realizada nenhuma análise nas DBR entregues.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

As DBR são arquivadas em processos administrativos especificamente instaurados para esse fim, ficando sob a guarda do Núcleo de Administração Pessoal da 8ª SRPRF/SC.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacio-				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
nais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SAF

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					**X**
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				**X**	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			**X**		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			**X**		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado.			**X**		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**X**		

• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				**X**	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				**X**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				**X**	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?			**X**		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?			**X**		

Considerações Gerais:

Considerando as licitação realizadas no ano de 2011, os critérios de sustentabilidade foram adotados nos editais para contratação de serviços de reforma de prédios, conserto de viaturas sinistradas e serviços de limpeza na forma de imposição de obrigações à empresa contratada.

Destaca-se que no exercício de 2011 não foram adquiridos por esta Regional, material de expediente, materiais ou equipamentos elétricos.

Nas licitações para contratação de serviços de reforma de algumas instalações da PRF, exigiu-se que a contratada atendesse Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010. ABNT

NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, e outras orientações constantes no manual de Sustentabilidade disponibilizado pela AGU.

Na contratação de serviços de limpeza foi inserida Cláusula específica para Sustentabilidade onde foi previsto atendimento pela contratada do contido na Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, nº 257 de 30 /06/99 Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; das especificações determinadas pela ANVISA, entre outros.

Na contratação de serviços de conserto de viaturas sinistradas também foi inserida Cláusula específica para Sustentabilidade em especial ao descarte de baterias, à separação de resíduos recicláveis, ao uso de equipamentos de segurança, atendimento Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94 entre outras medidas.

Na medida do possível e conveniência para a administração foram inseridas nas especificações nos Termos de Referencia, e obrigações das contratadas adoção de medidas sustentáveis na execução dos objetos, já que as contratações realizadas visaram a maior competitividade e foram feitas com critério de menor valor.

Com a implantação da coleta seletiva, firmou-se Termos de Compromissos com instituições especializadas na coleta e reciclagem de materiais, na maioria das unidades operacionais.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: CPL

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	**34**	**34**
	Florianópolis (Sede - Garajão)	2	2
	São José (Morro do Avaí – Pedreira - 1ª Del)	3	3
	Biguaçu	1	1
	Palhoça	1	1
	Itapema	1	1
	Rancho Queimado	1	1
	Tubarão (2ª Del - Posto)	2	2
	Araranguá	1	1
	Paulo Lopes	1	1
	Joinville (3ª Del - Posto)	2	2
	Barra Velha	1	1
	Guaramirim	1	1
	São Francisco do Sul	0	1
	Rio do Sul (4ª Del - Posto)	2	2
	Blumenau	1	1
	Lages (5ª Del)	1	1
	Lages (Índios)	1	0
	Capão Alto	1	1
	Ponte Alta	1	1
	Mafra (6ª Del)	1	1
	Rio Negrinho	1	1
	Santa Cecília	1	1

	Joaçaba (7ª Del)	1	1
	Campos Novos	1	1
	Vargem Bonita	1	1
	Concórdia	1	1
	Chapecó (8ª Del)	1	1
	Xanxerê	1	1
	Maravilha	1	1
Subtotal Brasil		**34**	**34**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
	cidade 1	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**34**	**34**

Fonte: SPIUNET

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	**1**	**1**
	São José	**1**	**1**
Subtotal Brasil		**1**	**1**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
	cidade 1	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**1**	**1**

Fonte: SPIUNET

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Con-	Valor do Imóvel	Despesa com Manutenção no exercício

			serva-ção	Valor Histó-rico	Data da Avaliação	Valor Rea-valiado	Imóvel	Insta-lações
200125 São José	8327 00061.500-0	21	3	594.979,69	12/05/2010	594.979,69	-	-
200125 Biguaçu	8045 00011.500-6	21	3	391.823,32	12/05/2010	599.293,74	-	-
200125 Itapema	8163 00003.500-7	21	3	490.800,85	12/05/2010	659.387,91	-	-
200125 R Queimado	8281 00001.500-0	21	3	239.408,88	12/05/2010	327.196,65	-	-
200125 Tubarão Posto	8367 00036.500-2	21	3	92.931,49	12/05/2010	166.553,64	-	-
200125 Araranguá	8027 00051.500-6	21	3	271.104,26	12/05/2010	285.351,03	-	-
200125 Paulo Lopes	8241 00003.500-2	21	3	125.107,79	12/05/2010	186.797,64	-	-
200125 Joinville	8115 00003.500-7	21	3	80.621,86	12/05/2010	107.530,31	-	-
200125 Barra Velha	8041 00009.500-2	21	3	341.562,24	12/05/2010	573.252,64	-	-
200125 Guaramirim	8127 00003.500-0	21	3	87.575,32	12/05/2010	132.709,55	-	-
200125 Rio Sul	8291 00025.500-9	21	3	59.854,88	05/11/2009	203.964,25	-	-
200125 Blumenau	8047 00025.500-9	21	3	147.524,50	12/05/2010	199.886,83	-	-
200125 Capão Alto	8183 00046.500-6	21	3	49.749,83	12/05/2010	84.106,73	-	-
200125 Ponte Alta	8261 00003.500-7	21	3	59.621,34	12/05/2010	114.054,48	-	-
200125 Rio Negrinho	8295 00011.500-5	21	3	91.869,10	12/05/2010	237.044,15	-	-
200125 Santa Cecília	8305 00003.500-2	21	3	65.942,79	12/05/2010	106.221,29	-	-
200125 Campos Novos	8069 00008.500-7	21	3	48.606,59	12/05/2010	75.421,54	-	-
200125 Concórdia	8083 00017.500-1	21	3	70.390,60	12/05/2010	112.087,93	-	-
200125 Xanxerê	8383 00008.500-1	21	3	66.793,51	12/05/2010	100.999,16	-	-
200125 Maravilha	8205 00006.500-2	21	3	86.122,42	12/05/2010	149.098,65	-	-
200125 Vargem Bonita	8077 00005.500-1	21	3	77.108,12	12/05/2010	135.220,87	-	-
200125 Itaiópolis	8159 00005.500-0	21	7	41.767,81	12/05/2010	41.767,81	-	-
Total							**0,00**	**0,00**

Fonte: SPIUNET

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime:

1 – Aquicultura
2 – Arrendamento
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
4 – Cessão – Outros
5 – Cessão – Prefeitura e Estados
6 – Cessão Onerosa
7 – Comodato
12 – Em regularização – Outros
13 – Entrega – Adm. Federal Direta
14 – Esbulhado (Invadido)
15 – Imóvel Funcional
16 – Irregular – Cessão
17 – Irregular – Entrega
18 – Irregular – Outros

8 – Disponível para Alienação
9 – Em processo de Alienação
10 – Em regularização – Cessão
11 – Em regularização – Entrega
20 – Locação para Terceiros
21 – Uso em Serviço Público
22 – Usufruto Indígena
23 – Vago para Uso

Estado de Conservação:

1 – Novo
2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular
5 – Reparos Importantes
6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

Análise crítica:

1. **Sede Administrativa da 8ª SRPRF/SC** - encontra-se sob o regime de CONTRATO DE CESSÃO DE USO por tratar-se de área parcial do imóvel RIP 8105 00224.500-1, área total de 7.817,78 m2, o qual foi avaliado em 01/01/2001 em R$ 6.463.692,12.

O imóvel encontra-se em uso compartilhado entre os órgãos 8ª SRPRF/SC, DNPM e DNIT, sendo que a esta UJ cabe o uso de 2.573,20 m².

2. **Garajão do Estreito** - Imóvel Uso compartilhado do imóvel situado à rua Felipe Neves, 261, bairro Estreito, Município de Florianópolis/SC, terreno com área de 4.827, 10 m², com formalização do TERMO DE ENTREGA DE PARCELA DO IMÓVEL, visto que coube a esta UJ parte do imóvel, ou seja, de 1.646,61 m² e as benfeitorias somando um total de 727,27 m² de área construída, com a entrega sendo processada nos autos do Processo nº 04972.002510/2004-17 da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina..

3. **Morro do Avaí** – Imóvel situado as margens da BR 101, KM 207, Morro do Avaí – São José, compreendendo grande área com oito edificações em estado precário de utilização, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 04972.004645/2010-65 da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.

4. **Stand de Tiro na Av. Das Torres** – Imóvel com área de 60.984 m², situado na Rua Pedro Blunn, Avenida das Torres, sem número, Barreiros, São José, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 05022.004614/2003-87 da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.

5. **1ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 204, Barreiros, São José, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

6. **2ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 336, Tubarão, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

7. **3ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 39, São Marcos, Joinville, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

8. **4ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 470, KM 141, nº 5600, Rio do Sul, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

9. **5ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na Rua Getúlio Vargas nº 515 / Lages SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

10. **6ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na rua Cel. José Severiano Maia, nº 111 / Mafra, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

11. **7ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 391, Joaçaba, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

12. **8ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 539, Chapecó, SC, com formalização de CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

13. **Unidade Operacional de Palhoça** - Imóvel situado as margens da BR 101, KM 222 Bairro Aririu da Formiga - Palhoça, compreendendo 162 m² de área construída em estado regular de utilização, com formalização da **Cessão de Uso** pelo Estado de santa Catarina, através da Lei estadual nº 14.535, de 19 de novembro de 2008.

14. **Unidade Operacional de Lages -** Imóvel situado as margens da BR 282, KM 205,3 - Localidade de Índios, compreendendo 262 m² de área construída em estado novo.

15. **Devolução da posse** do Posto de Fiscalização de São Francisco do Sul - Empréstimo em regime de comodato, do imóvel de propriedade da ACISFS, matriculado sob nº R.1-32.243, L2, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco do Sul, localizado às margens da BR-280, Km 08, constituído de terreno e construção em alvenaria, em perfeitas condições de uso e habitação para a instalação de uma unidade operacional da 8ª SPRF-SC.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 servidores 02 técnicos terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	25,00%				

12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		

Considerações Gerais:

O planejamento institucional estratégico da TI é centralizado no DPRF, que possui um planejamento estratégico da TI a fim de alcançar a integração, o controle e a padronização das unidades descentralizadas a nível nacional.

Quanto a participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ, cabe salientar que as terceirizações de serviço, destinam-se apenas a contratação dos serviços de técnicos de informática, a fim de prestarem o suporte básico e tarefas relacionadas, e a contratação de empresas para manutenção dos equipamentos de radiocomunicação e *outsoursing* de impressão.

A gestão de bens e serviços da UJ na área de TI é executada exclusivamente por servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal, haja vista não haver no quadro de servidores da PRF cargo especifico relacionado a TI.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador — Valores em R$ 1,00

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
MARCEL MATIAS PONTES	016.811.379-17	5.950,00	-	1.598,91	1.598,91
CELSO ANTONIO RECH	252.403.589-15	2.250,00	-	562,00	562,00
MANOEL FERNANDES BITENCOURT	560.222.479-34	2.250,00	-	623,81	623,81
NILTON ROGERIO DE OLICEIRA	576.881.099-49	2.250,00	-	996,67	996,67
IVO HEIDRICH SILVEIRA	712.778.629-15	2.250,00	-	931,43	931,43
EVERSON FEUSER	727.289.229-34	2.250,00	-	670,00	670,00
NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA	807.831.557-00	2.250,00	-	197,12	197,12
ANDREI LUIZ DA CUNHA	823.087.059-49	2.250,00	-	2.249,98	2.249,98
Total utilizado pela UG			-	7.829,92	7.829,92
Total utilizado pela UJ			-	7.829,92	7829,92

Fonte: NUOFI/SIAFI

13.1.2)Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) — Valores em R$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	-	08	7.829,92	7.829,92
2010	-	-	**09**	**15.495,83**	**15.495,83**
2009	-	-	**03**	**1.267,12**	**1.267,12**

Fonte: NUOFI/SIAFI

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

Não houveram determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU no exercício de 2011.

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houveram determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU no exercício de 2011.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houveram determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU pendentes de atendimento no exercício de 2011.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Conforme as notas conclusivas exaradas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201109075, executado pela Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina, realizada no período de 11/04/2011 a 20/04/2011, as questões pontuais e formais observadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria, sendo corrigidas pela administração do órgão, visto que não causaram nenhum prejuízo ao erário.

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Visto que por ocasião da Auditoria de Gestão nº 201109075, as questões pontuais e formais foram providenciadas pela administração, não houveram recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI), pendente de atendimento no final do exercício de 2011.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SC	200125

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:

a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;
b) Falta de Reavaliação/Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Reavaliações, redução e Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília-DF**	**Data**	**17 de fevereiro de 2012**
Contador Responsável	**José Carlos Gomes**	**CRC nº**	**DF 9.261/O-7**

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Relatório de Gestão contempla os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Para sua elaboração, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração da Superintendência. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

A exemplo do que ocorre em toda a administração do poder executivo, houveram cortes no orçamento que comprometeram o cumprimento das obrigações contratuais, aquisições e contratações necessárias ao desempenho da atividade fim desta administração.

O contingenciamento de recursos, política rotineira adotada pela área financeira do governo federal, sempre dificultou a disponibilidade orçamentária para aquisição de produtos e serviços.

O desempenho das atividades do órgão, consoante os seus compromissos com a segurança pública e valorização da vida, bem como a dedicação institucional as normas constitucionais e regimentais, consolida um rol de norteadores que conferem à UJ um perfil institucional que a qualifica como executora de múltiplas políticas de ações sociais e um compromisso direto para com a sociedade brasileira.

Entretanto, para que as atividades desempenhadas por essa Regional acompanhem o nível de exigência gerado pelo aumento e diversificação das demandas sociais, fazem-se necessárias me-

didas de reestruturação dos quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, bem como majoração dos recursos investidos para possibilitar a execução destas atividades.

Análise crítica

Ao idealizar o modelo do profissional da segurança pública necessário as atuais circunstâncias do sistema de segurança pública brasileiro, o policial deve necessariamente ser um aplicador imparcial da lei, relacionando-se com os cidadãos a partir da neutralidade e da objetividade desse ideal de serviço.

Ou seja, cabe-lhe cumprir os deveres oficiais segundo os procedimentos rotinizados, independentemente de inclinações pessoais e a despeito das necessidades do público não enquadradas pela lei.

Firma-se, portanto, a imagem do policial como um indivíduo tecnicamente habilidoso, altamente treinado e extremamente eficiente, com equipamento adequado e bastante, exercendo a atividade de agente da lei e da ordem na guerra contra o crime.

A consolidação deste modelo profissional, leva à construção de um padrão de policiamento que se estabelece firmado na **capacitação** total do policial, no seu **treinamento** continuado em técnicas e conhecimentos, além de **equipamentos** eficazes para prevenção, controle ou coerção.

Diante deste quadro não há como afastar que toda e qualquer ação com vistas a modificação do atual quadro da segurança pública, passa necessariamente, antes de mais nada, pelo investimento nos órgãos de segurança publica.

Campanhas educativas, conscientização social e investimentos no setor, não terão sentido de ser, sem a presença policial, que é um dos mais importantes inibidores da criminalidade.

É cediço que a sociedade, desde sua tenra formação, bem como suas instituições, foram estruturadas em torno de princípios e valores que envolvem o desejo de segurança nas relações sociais como um todo, inclusive, com avaliação de riscos, levando à necessidade de uma ordem jurídica que garanta segurança às relações estabelecidas.

É por ser próprio da sociedade o receio e a necessidade de proteção, que a segurança pública precisa ser garantida pelo Estado, o que levou à nossa ordem constitucional a tratá-la como direito fundamental e social de elevada importância.

Para que o objetivo de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio seja alcançado, a força policial poderá atuar tanto de forma preventiva como de forma

repressiva, a depender do caso concreto, de forma a limitar os desvios comportamentais que afrontem o Estado Democrático de Direito.

A polícia é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contendedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência.

Por isso não se conhece sociedade que se mantenha sem a existência do poder de polícia.

Cuidar da segurança pública, da liberdade de ir e vir do cidadão, que este não seja molestado ou saqueado, e da garantia de integridade física e moral de todos, é dever do Estado (representado pela força policial) e responsabilidade de todos, um pacto com o rol mais básico dos direitos humanos, os quais devem ser garantidos à sociedade em geral. É com este fim, que a soberania popular confere ao Estado (força policial) a função para o uso da força, quando necessário e no atendimento do interesse público.

Por outra esteira de nada adianta colocar nas rodovias um policial despreparado que não tenha em si a capacidade e os recursos necessários a dar uma resposta imediata e eficaz no combate a criminalidade e atendimento à sociedade.

A 8ª SRPRF/SC pretende com estes argumentos, demonstrar a importância que a força policial assume no seio da sociedade e a necessidade de maciços investimentos na formação, capacitação, remuneração e equipamento das forças policiais.

Não passa de utopia alguém pensar que pode uma sociedade evoluir ou se manter sem a presença de órgãos policiais, estes imprescindíveis à própria manutenção e preservação do Estado de Direito.

Além do mais, a segurança pública é um tipo de atividade e por este motivo necessita, como em qualquer outra atividade, de logística eficiente e capaz de atender as demandas da função a ser desempenhada.

A sociedade em si possui a necessidade de um mínimo de segurança jurídica, e aí se insere a segurança pública, como desdobramento daquele, para perfeita harmonia e paz nas relações sociais que desenvolvem cotidianamente.

A 8ª SRPRF/SC demonstra através dos dados aqui apresentados que a teoria aplicada se reveste de realidade e apresenta resultados positivos.

Intensificando a fiscalização, através do aumento do policiamento, com a presença efetiva do policial no patrulhamento, em condições regulares de trabalho, com treinamento, veículos adequados, equipamento apropriado, comemora-se uma real e efetiva diminuição no número de mortes por acidentes de trânsito.

Vidas foram salvas no trânsito do Estado de Santa Catarina em 2011, foi para esse fim que esta administração trabalhou incansavelmente, e é para este fim que continuará a trabalhar, demandando para tal de maiores recursos orçamentários.

Para evitar mortes nenhum investimento é alto, pois vidas humanas não tem preço, de forma que nenhum esforço é demasiado grande neste intento.

A Polícia Rodoviária Federal acredita nisso e mais uma vez reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira na sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias federais.

INSPETOR SILVINEI VASQUES
Superintendente da 8ª SRPRF/SC

ANEXOS

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Nenhuma informação relevante a informar.

II - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica a UJ.

III - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica a UJ.

IV - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
OITAVA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	1386	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	1835	IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
			8623	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
			8698	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
			200C	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA
	663	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	2524	CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL
			2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS
			2816	SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
			2B11	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIÁRIA
			4290	ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS
			4526	OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS
			4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
			8692	EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS
			86A1	PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA
			8703	ATIVIDADE CORREICIONAL
			2C78	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DPRF
			4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA
			2720	- AÇÕES DE CARATER SIGILOSO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA
	750	APOIO ADMINISTRATIVO	2000	AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Comentários do responsável:Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

Notas:
1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;
2. A unidade deve se posicionar, no campo "Comentários do responsável" sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica a UJ.

VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não se aplica a UJ por não haver terceirizados irregulares nos quadros do órgão.

PROCESSOS E SINDICÂNCIAS INSTAURADOS OU ENCERRADOS EM 2011, QUE ENVOLVEM FRAUDE, IMPROBIDADE OU CORRUPÇÃO

PROCESSOS INSTAURADOS (COMISSÃO DESIGNADA) EM 2011	
Nº DO PROCESSO	**ASSUNTO**
08.666.000.811/2009-35	Possível Percepção Irregular de Adicional Noturno
08.666.003.723/2005-61	Possível Solicitação de Propina
08.666.005.761/2006-30	Possível Solicitação de Propina
08.666.010.642/2007-80	Possível Solicitação de Propina
08.666.007.855/2007-24	Possível Solicitação de Propina
08.666.006.503/2011-38	Possível Solicitação de Propina
08.666.010.799/2008-96	Possível Solicitação de Propina
PROCESSOS CONCLUÍDOS EM 2011	
08.666.008.249/2005-64	Possível Solicitação de Propina
08.666.000.657/2007-30	Possível Utilização do Cargo para Favorecimento Indevido
08.666.001.369/2008-83	Possível Solicitação de Propina
08.666.000.538/2009-49	Possível Solicitação de Propina
08.666.007.445/2009-45	Possível Prática de Peculato
08.666.001.920/2008-99	Possível Solicitação de Propina
08.666.005.027/2006-71	Possível Solicitação de Propina
08.658.000.031/2004-80	Possível Solicitação de Propina
08.666.005.023/2006-92	Possível Solicitação de Propina
08.666.005.024/2006-37	Possível Solicitação de Propina
08.666.002.610/2008-91	Possível Prática de Peculato
08.666.004.037/2006-99	Possível Utilização do Cargo para Favorecimento Indevido
08.666.007.141/2009-88	Possível Solicitação de Propina
08.666.003.141/2003-13	Possível Solicitação de Propina
08.666.000.308/2007-18	Possível Solicitação de Propina
08.666.001.051/2006-31	Possível Solicitação de Propina
08.666.001.058/2006-52	Possível Solicitação de Propina
08.666.008.988/2006-37	Possível Prática de Peculato
08.666.009.557/2010-74	Possível Adulteração de Autos de Infração

VIII - ROL DE RESPONSÁVEIS

ROL DE RESPONSÁVEIS

Rol dos servidores desta administração, cadastrados como responsáveis por atos de gestão executados no âmbito desta Unidade Gestora, conforme sua atuação, no exercício da função a título de titular, substituto ou interino, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa do TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010.

Natureza da Responsabilidade	DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS				
Código SIAFI	132	Tipo	TITULAR		
Nome	SILVINEI VASQUES			CPF	74391607972
E-mail	silvinei.vasques@dprf.gov.br				
Endereço	RUA PEDRO ALVES,527 - BELA VISTA II				
Município	SAO JOSE	UF	SC	CEP	88110-070
Cargo	SUPERINTENDENTE DA 8ª SRPRF/DC				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
18/08/11	PORT. 1.602	-	-	18/08/11 a 31/12/2011	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 18/08/11			-		

Natureza da Responsabilidade	DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS				
Código SIAFI	132	Tipo	TITULAR		
Nome	LUIZ ADEMAR PAES			CPF	14905035953
E-mail	luiz.paes@dprf.gov.br				
Endereço	RUA SÃO FRANCISCO, 141, APTO 301, CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88015-140
Cargo	SUPERINTENDENTE DA 8ª SRPRF/DC				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
12/08/03	PORT. 447/03	11/05/11	PORT. 834	01/01/2011 a 11/05/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 12/08/03			DOU de 11/05/11		

Natureza da Responsabilidade	DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS				
Código SIAFI	132	Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	EVANDRO GUILHERME DE SOUZA BRUNO FILHO			CPF	31831206153
E-mail	Evandro.bruno@dprf.gov.br				
Endereço	RUA 13 DE JUNHO,1659				
Município	CAMPO GRANDE	UF	MS	CEP	79100000
Cargo	SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
28/09/11	PORT. 1869	-	-	28/09/11 a 31/12/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 28/09/11			-		

Natureza da Responsabilidade	DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS				
Código SIAFI	132	Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	LUIS CARLOS PADILHA			CPF	68175183934
E-mail	luis.padilha@dprf.gov.br				
Endereço	RUA DOMINGOS PEDRO HERMES, 262, APTO 106, JD CIDADE FPOLIS				
Município	SÃO JOSÉ	UF	SC	CEP	88111-330
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
12/05/06	PORT. 511/06	28/09/11	PORT. 1864	01/01/11 a 28/09/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 12/05/06			DOU de 28/09/11		

Natureza da Responsabilidade	RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO				
Código SIAFI	131	Tipo	TITULAR		
Nome	ANDRE SAUL DO NASCIMENTO			CPF	91246458934
E-mail	Andre.saul@dprf.gov.br				
Endereço	AVENIDA DOUTOR ALVARO MULLEN DA SILVEIRA, 104 - CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88020-180
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
31/08/11	PORT. 1476	-	-	31/08/2011 a 31/12/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU DE 31/08/11			-		

Natureza da Responsabilidade	RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO				
Código SIAFI	131	Tipo	TITULAR		
Nome	NADJA CLÁUDIA LOPEZ VIANNA			CPF	80783155700
E-mail	nadja.vianna@dprf.gov.br				
Endereço	RUA ESTEVES JUNIOR, 605, APTO 1214, CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88015-130
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
11/03/08	PORT. 359/08	31/08/11	PORT. 1475	01/01/2011 a 31/08/2011	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU Nº 48, DE 11/03/2008			DOU DE 31/08/11		

Natureza da Responsabilidade	RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO				
Código SIAFI	131	Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	GIANCARLO ROSSETTO			CPF	2611625948
E-mail	Giancarlo.rossetto@dprf.gov.br				
Endereço	RUA JOAQUIM NABUCO 1394, AP 202				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88090060
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
31/08/12	PORT. 1520	-	-	31/08/2011 a 31/12/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 50, DE 31/08/11			-		

Natureza da Responsabilidade	RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO				
Código SIAFI	131	Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	MARCEL MATIAS PONTES			CPF	01681137917
E-mail	marcel.pontes@dprf.gov.br				
Endereço	RUA DR ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88080-250
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
11/03/08	PORT. 367/08	31/08/12	PORT. 1519	01/01/2011 a 31/08/2011	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 12, DE 10/03/2008			BS Nº 50, DE 31/08/11		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	TITULAR		
Nome	LUIS CARLOS PADILHA			CPF	68175183934
E-mail	luis.padilha@dprf.gov.br				
Endereço	RUA DOMINGOS PEDRO HERMES, 262, APTO 106, JD CIDADE FPOLIS				
Município	SÃO JOSÉ	UF	SC	CEP	88111-330
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
11/09/07	PORT 1326/07	15/09/11	1665	01/01/2011 a 15/09/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU Nº 176, DE 12/09/2007			DOU de 15/09/11		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	TITULAR		
Nome	AGNALDO JOSÉ NUNES			CPF	46784659953
E-mail	Agnaldo.nunes@dprf.gov.br				
Endereço	AVENIDA DOUTOR ALVARO MULLEN DA SILVEIRA, 104 - CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88020-180
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
15/09/11	PORT. 1666	15/09/11	PORT. 1665	15/09/11 a 31/12/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 15/09/11			-		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	ANTONIO ROBSON RODRIGUES			CPF	46089330787
E-mail	robson.rodrigues@dprf.gov.br				
Endereço	RUA CAPITAO ROMUALDO DE BARROS, 861, SACO DOS LIMÕES				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88040-600
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
11/09/07	PORT 1326/07	31/08/11	PORT. 1523	01/01/2011 a 31/08/2011	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 17, DE 12/09/2007			BS Nº 50, DE 31/08/11		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	PAULO ROBERTO DEITOS			CPF	46464093991
E-mail	Paulo.deitos@dprf.gov.br				
Endereço	AVENIDA DOUTOR ALVARO MULLEN DA SILVEIRA, 104 - CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88020-180
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
31/08/11	PORT. 1524	-	-	31/08/2011 a 31/12/2011	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 50, DE 31/08/11			-		

Natureza da Responsabilidade	GESTOR DE PESSOAL				
Código SIAFI	342	Tipo	TITULAR		
Nome	ALEXANDRE DANIEL LITRAN DOS SANTOS			CPF	31027407153
E-mail	alexandre.litran@dprf.gov.br				
Endereço	RUA N. S. APARECIDA, 1185, BLOCO A, APTO 205, SANTOS DUMONT				
Município	SÃO JOSE	UF	SC	CEP	88117-020
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
16/08/07	PORT. 1208/07	09/06/10	PORT. 844/10	01/012010 a 08/06/2010	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 16/08/2007			DOU de 10/06/2010		

Natureza da Responsabilidade	GESTOR DE PESSOAL				
Código SIAFI	342	Tipo	TITULAR		
Nome	ALLAN CARLOS VIEIRA			CPF	88865215968
E-mail	allan.vieira@dprf.gov.br				
Endereço	RUA DR FULVIO ADUCCI, 471, APTO 302, BLOCO C, BAIRRO ESTREITO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88075-001
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
23/06/10	PORT. 930/10	-	-	23/05/2010 a 31/12/2010	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU Nº 119 DE 24/06/2010			-		

Natureza da Responsabilidade	GESTOR DE PESSOAL				
Código SIAFI	342	Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	DANIEL ALVES BRASIL			CPF	615.323.712-68
E-mail	daniel.brasil@dprf.gov.br				
Endereço	RUA HIPOLITO MAFRA, 203, BLOCO B, APTO, SACO DOS LIMÕES				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88045-410
Cargo	CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
29/09/09	PORT. 1319/09	-	-	01/01/2010 a 31/12/2010	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 39			-		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	TITULAR		
Nome	PEDRO FERNANDES BITENCOURT			CPF	465.453.449-00
E-mail	pedro.bitencourt@dprf.gov.pr				
Endereço	RUA 108 B, 120, CENTRO				
Município	ITAPEMA	UF	SC	CEP	88220-000
Cargo	CHEFE DE CORREGEDORIA REGIONAL				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
19/07/07	PORT. 1086	31/08/11	PORT. 1477	01/01/2010 a 31/12/2010	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU 138, DE 19/07/2007			DOU de 31/08/11		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	TITULAR		
Nome	JACKSON FRAGA			CPF	4595641966
E-mail	Jackson.fraga@dprf.gov.pr				
Endereço	AVENIDA DOUTOR ALVARO MULLEN DA SILVEIRA, 104 - CENTRO				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88020-180
Cargo	CHEFE DE CORREGEDORIA REGIONAL				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
31/08/11	PORT. 1478	-	-	31/12/2010 a 31/12/11	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
DOU de 31/08/11			-		

Natureza da Responsabilidade					
Código SIAFI		Tipo	SUBSTITUTO		
Nome	FERNANDO BERTE MORATELLI			CPF	041.091.379-00
E-mail	fernando.moratelli@dprf.gov.br				
Endereço	RUA OGE FORTKAMP, 111, BAIRO TRINDADE				
Município	FLORIANÓPOLIS	UF	SC	CEP	88036-610
Cargo	CHEFE DE CORREGEDORIA REGIONAL SUBSTITUTO				
Designação	Documento	Exoneração	Documento	Período de Gestão	
23/10/07	PORT. 1522/07	-	-	01/01/2010 a 31/12/2010	
Publicação da Designação			Publicação da Exoneração		
BS Nº 20, DE 23/10/2007			-		